

# alavanca

CGTP-IN



**O POVO  
NÃO ACEITA  
GOVERNO  
DE DIREITA**

# POPULARES LIVRARIAS



## AS SUAS LIVRARIAS

ANGARA: LIVRARIA POPULAR DE ANGARA  
Rua Raínia D. Amélia, 78-80 - ANGARA DO HEROISMO  
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA  
Rua Mérola, 89 - BEJA

COIMBRA: INTERLIVRO  
Terras da Enia, 5 - COIMBRA

ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA

Rua Abárcova de Bako, 13 - ÉVORA

FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO

Rua 1.º de Dezembro, 13 - FARO

LISBOA: INTERLIVRO

Rua Pedro Nunes, 9 A - LISBOA 1

LIVRARIA - no edifício

Rua do Século, 80 - LISBOA 2

CDL

Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1

OLIVAS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAS

Rua Cidade de Quelimane, 3 C - OLIVAS SUL

MARINHA GRANDE: LIVRARIA 19 DE JANEIRO

Rua Amândio Campos Júnior, 16 - MARINHA GRANDE

PORTO: LIVRARIA AVANTE

Rua de Ariz, 26 - PORTO

SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO

Rua Paços de Santarém, 41 - SANTARÉM

SETÚBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO

Avenida de Argilas, 26 A - SETÚBAL

VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA

Rua da Prata, 36-40 - VIANA DO CASTELO

V. FRANÇA DE XIRA: LIVRARIA SCIBEIRO PEREIRA GOMES

Rua Sargento Pinto, 77 - VILA FRANÇA DE XIRA

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

Avenida Santos Dumont, 57 Aº Esqº - LISBOA 1

## ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS  
ESCOLARES • DISCOS • CASSETTES • ARTESANATO  
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS  
• BRINQUEDOS

visite  
as

POPULARES  
LIVRARIAS CDL

## Leia neste número:



▲  
O povo não aceita  
Governo de direita

Pela defesa  
da saúde  
e vida  
dos trabalhadores

28 de Março  
Dia Nacional  
da Juventude



ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL  
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES  
— INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



▲  
**1.º de Maio Jornada  
da Unidade e Luta**



▲  
**ÓGE "chumbado"  
na Assembleia  
da República**

**REDAÇÃO  
E ADMINISTRAÇÃO:**

RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º  
LISBOA

**COMPOSTO E IMPRESSO**  
NA RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.  
RUA LUÍZ SORIANO, 44  
LISBOA

**DISTRIBUIÇÃO:**  
CDL — CENTRO DISTRIBUIDORA  
LIVREIRA

Em directo com os leitores/Livros recebidos .....	4
Editorial .....	5
Notícias e comentários .....	6
Conflitos laborais .....	8
Campanha de fundos da CGTP-IN .....	10
Três datas históricas: 2 de Abril, 25 de Abril, 1.º de Maio .....	12
O aumento escandaloso dos impostos .....	14
Grandiosas manifestações em todo o país .....	15
A juventude portuguesa nos caminhos de Abril .....	23
Seminário Sindical de Higiene e Segurança no Trabalho .....	24
Reformados: A luta contra a miséria .....	26
Emigração: Dentro e fora do país, o mesmo combate .....	27
A CGTP-IN e o mundo .....	28
Artes Plásticas: O papel da arte no progresso social .....	30
Cinema: Uma interpretação ideológica da vida .....	31
A Constituição e o desporto popular .....	32
Teatro: Pablo Neruda e ópera-rock .....	33
Passatempo .....	34

## Condições de assinatura

Continente	— Anual (12 números)	165\$00
	— Semestre (6 números)	85\$00
Ilhas	— Anual (12 números)	260\$00
(Por avião)	— Semestral, (6 números)	130\$00
Estrangeiro	— Anual (12 números)	500\$00
(Por avião)	— Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses  
— Intersindical Nacional — Rua Vítor Cordon, n.º 1 - 2.º — LISBOA

## Em directo com os leitores

Filipe Sobral  
— Lisboa

Recebemos o seu livro «Dez poemas de amor e luta», a que nos referimos na respectiva secção. Gratos pela sua carta de 28-2-79, bem como pelas palavras de amizade e as saudações para quantos trabalham em «Alavanca». Retribuímos com todo o apreço.

Felismino  
Teixeira  
de Matos  
— Porto

«Embora escreva muito mal, pois só tardiamente aprendi a ler e a escrever à minha custa, estou bem consciente do lado da classe a que pertence. Trabalho desde os dez anos, pois na minha casa éramos sete pessoas a pedir pão, só com o meu pai a ganhar muito mal, isto quando topava trabalho de carregador. E eu tive de deixar a escola e ir trabalhar para uma oficina, começando mais a fazer mandados do que a aprender o ofício. Mas isso sempre rendia algum dinheiro, ao fim de cada semana. E sempre era uma ajuda para os da minha casa. Foi crescendo, aprendi um ofício — sou serralheiro mecânico — e, agora, trabalhando duro e com muita vontade, ganho a minha vida, embora com as dificuldades que todos os trabalhadores têm. Mas o que fui aprendendo do que tenho lido e do contacto com os meus camaradas de trabalho foi o suficiente para compreender que existem duas classes bem distintas uma da outra: a dos exploradores, que su-

gam até o sangue dos que trabalham, e a dos explorados, a que eu também pertenço.

«Por isso, fui um dos muitos milhares de trabalhadores que se manifestaram, em 10 de Março, nas ruas da minha cidade, contra o aumento do custo de vida, contra as péssimas medidas para os trabalhadores do IV Governo, o desse senhor Mota Pinto e Cia., contra o desemprego e tudo o mais que faz sofrer tanto os pobres e mais ainda os mais pobres dos pobres.

«Por esse facto é que também gritei, com muita alegria e força, com os outros companheiros da minha e de outras empresas, «A luta continua, Mota Pinto para a rua», «A reforma agrária dá pão, a repressão não» e muitas outras coisas mais que não vale a pena esalar aqui a repetir. Sei que a luta é dura e vai ainda continuar a ser muito dura. Mas eu escolhi o meu caminho, a minha classe, que é a dos explorados. E é com ela que lutarei até ao fim da minha vida».

Transcrevemos, na íntegra, por a julgarmos de grande interesse para os nossos leitores, a sua carta, com cujos dizeres estamos inteiramente de acordo. Todos os trabalhadores que sabem qual é o seu verdadeiro papel nesta sociedade de exploradores e de explorados fazem o que o amigo fez. Porque é somente em Unidade, e através dos seus respectivos sindicatos, que os trabalhadores estarão melhor defendidos. E só assim alcançaremos a sociedade mais justa para o povo trabalhador.

José de Almeida  
Cruz  
— Moscavide

Chegou à nossa redacção a sua carta de 1-2-79, acompanhada por diversas poesias suas. Agradecemos tudo o que fez a favor de nos enviar. Mas, desta vez, lamentamos que, por motivos de aglomeração de original, não possamos publicar quaisquer das poesias que nos enviou. As nossas saudações sindicais.

## LIVROS RECEBIDOS

### EDIÇÕES MUNDO DA CANÇÃO

«A América Latina Canta e Luta — Daniel Viglietti», por Mário Correia.

### EDITORIAL CAMINHO

«Karpov Korchnol — 32 lições de xadrez», por Álvaro Pereira, Fernando Silva e Luís Santos Coleção Uma Terra Sem Amos: «Os pedaços de Madeira de Deus», por Sem-bene Ouamano; «A última mulher e o próximo combate», por Manuel Cofino; e «Nosso Mundo: África do Sul — Um só caminho», por Joe Slovo.

### LIVROS HORIZONTE

«A crise do liberalismo», por Victor de Sá; «Doutrinas da Cooperativistas Portuguesas», por Fernando Ferreira da Costa; «História amorosa dos Gállos», Bussy — Rabutin; «Da introdução da psicologia para enfermeiras», pelo dr. A. Bocheareu; e «O Italiano», por Ann Radcliffe.

### EDIÇÕES AVANTE

«Os mil dias da revolução chilena», por diversos.

### EDIÇÕES BASE

«Acção sindical frente às multinacionais», por diversos (Coleção Sociedade Nova); «A Escola na luta de classes», adaptação e desenhos de Mário Poças, com texto de Virgínia Pereira; (Capa, n.º 22) «Autogestão e Sindicalismo», por diversos; «Sindicalismo e Política»; e «Os cristãos e a libertação dos oprimidos», por Paulo Freire.

### EDITORIAL ESTAMPA

«História do Colonialismo Português em África — Cronologia Século XIX», por Pedro Ramos de Almeida.

### EDITORIA CIÊNCIA, CULTURA E POLÍTICA

«Irá — A relação mundial de forças e o processo de revolução social — A sublevação das massas e o progresso no Irã», por J. Posadas.

### DIVERSOS

«Chico do Norte», peça de teatro de Alexandre Castanheira; «Dez poemas de amor e luta», por Filipe Sobral; «Guia Geral dos C.º de Ferro — 48 anos»; «Dossier: Congresso», da Federação dos Sindicatos de Metalúrgia, Metalomecânica e Minas de Portugal; «Seminário Sindical — Higiene e Segurança no Trabalho — Regulamento e Textos de Apelo», da CGTP-Interindicial; «O Professor», n.º 15; «Internacional Affairs», n.º 1/79; «Poder Local», n.º 11; «2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes» — do Departamento da Juventude da CGTP-Interindicial; «El Siglo XX y la Faza», n.º 9; e «Tiempo Nuevos», n.º 50.

## POR ABRIL, PELA CONSTITUIÇÃO

As grandiosas acções de massas levadas a cabo nas últimas semanas, em todo o país, constituíram uma demonstração inequívoca da condenação, feita pelos trabalhadores e pelo Povo português, da política anti-patriótica e anti-popular, ao serviço da direita e da reacção, que o Governo Mota Pinto tem vindo a executar.

Os trabalhadores e o Povo português exigem que, de uma vez por todas, seja adoptada uma nova política e formado um novo Governo que respeitem, uma e outro, os Ideais libertadores de Abril, cumpram a Constituição da República e, satisfazendo os seus legítimos anseios e as suas reivindicações mais prementes, resolvam, de facto, os graves problemas com que o país se confronta.

O «chumbo» da proposta governamental de Orçamento Geral do Estado, e do Plano na Assembleia da República, veio mostrar que a condenação deste Governo é um facto insofismável.

Este Governo, incapaz de resolver os problemas do País e, em particular, os dos trabalhadores, está cada vez mais isolado e é um Governo derrotado.

Mas, escamoteando as mais claras evidências e incapaz de compreender a sua própria derrota, persiste agarrado ao poder e insiste na sua política de destruição.

Mesmo depois de derrotado, o Governo, despuddorada e arrogantemente, adoptou já novas medidas, que mais não são que a continuação da sua acção nefasta para o Povo português. Em particular, devem ser denunciadas a decisão de aumentar as rendas de casa a desintervenção e devolução aos antigos patrões ou a declaração de falência de empresas que os trabalhadores salvaram e a permissão da constituição de sociedades para-bancárias que atentarão gravemente contra a banca nacionalizada.

Ao mesmo tempo que insiste nesta política desastrosa, o Governo permite e estimula a repressão patronal que violentamente se abate sobre os trabalhadores, instaura a censura e manipula a informação nos órgãos de comunicação social estatizados, prossegue os ataques à Reforma Agrária, viola a legalidade democrática e a Constituição da República e torna cada dia mais difíceis as condições de vida do nosso Povo.

Os trabalhadores portugueses e o seu Movimento Sindical Unitário têm repetidamente condenado esta política e demonstrado que só com o respeito por Abril e pela Constituição será possível resolver os graves problemas nacionais.

Os trabalhadores tudo farão para que tal política seja adoptada e um novo Governo formado que dê plenas garantias de ser capaz de a pôr em prática.

É neste sentido que assumem particular importância as comemorações próximas do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Ao festejarem o aniversário do derrube do fascismo e do advento da democracia e ao participarem com determinação e confiança o Dia Mundial do Trabalho, os trabalhadores portugueses estarão, de novo e uma vez mais, a exigir que as alternativas que insistentemente vêm apontando sejam finalmente adaptadas.

Todos os trabalhadores, todos os democratas e antifascistas vão fazer o 25 de Abril e do 1.º de Maio jornadas de luta ainda mais grandiosas que demonstrarão a nossa fidelidade aos Ideais do 25 de Abril, a nossa vontade e a nossa determinação em prosseguirmos o combate às forças da direita e da reacção, que tudo tentam para voltarem a submeter os portugueses ao fascismo.

Todos juntos, unidos e determinados, saberemos dar-lhes combate, manter vivo o 25 de Abril, defender e consolidar as nossas conquistas, exigir o cumprimento da Constituição e prosseguir o projecto socialista nela consagrado.

# Notícias e comentários

## REUNIÃO EM LISBOA SOBRE AS SOCIEDADES TRANSNACIONAIS

Sindicalistas, em representação de organizações nacionais, regionais e internacionais de trabalhadores, debateram, em 13 e 14 de Março de 1979, em Lisboa, as acções das sociedades transnacionais em diferentes continentes e de diversos sectores económicos, as quais constituem uma ameaça permanente à independência nacional, ao direito de cada povo de escolher o seu sistema económico e social, ao exercício efectivo dos direitos do homem e das liberdades sindicais, à coesão económica internacional no sentido da definição e da prática de uma nova ordem económica internacional, no interesse dos trabalhadores e das popula-

ções transnacionais do sector agro-industrial na América Central, o sector da electricidade e, com particular relevância, o das nefastas acções das sociedades transnacionais da indústria farmacéutica.

Assim, e através de um comité organizador aberto a todas as organizações sindicais ou outras, prepara-se uma campanha mundial sobre os malefícios das multinacionais do sector farmacéutico, com a convocação, para 1980, de uma conferência com vista a uma acção eficaz contra os malefícios desta actividade farmacéutica, espalhada pelo mundo, do forma a que seja banida pelos governos, pelos organismos internacionais e

membro do conselho económico e social da FSM director do Instituto Sindical de Pesquisas do Conselho Central dos Sindicatos Húngaros. (SZOT).

U.I.S. — Pierre Baghi, secretário-geral da UIS da Metalurgia; Uraino Rojas, secretário-geral da UIS da Alimentação; Alain Couet, secretário da UIS da Química; Gilles Frenette, membro da comissão executiva da Confederação Mundial do Trabalho (CMT); Sarnaul Lungu, secretário-geral adjunto da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA); Sergio Corichi, membro da comissão económica do Comité Permanente da União Sindical de América Latina (CPUTAL); Hassan Bazwi, secretário-geral adjunto da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA); Jean Breleau, depart. internacional da CGT (França); Jouko Heino, economista da SAK (Finlândia); Howell John, membro da comissão executiva da AUEW/TASS (Grã-Bretanha); Vitali Pouchkieriev, depart. internacional da CCSS (URSS); Victor Repkin, Idem; Angela Sarcina, depart. internacional CGIL (Itália); e Ranen Sen, membro do comité de trabalho da AITUC (Índia).



ções. A reunião da comissão para as sociedades transnacionais criada por iniciativa da Federação Sindical Mundial (FSM), organismo largamente unitário que agrupa organizações de diferentes filiações nacionais, regionais e internacionais ou sem filiação, debruçou-se, em particular, sobre os meios de uma acção concreta para alargar a acção unitária dos trabalhadores, face às sociedades transnacionais.

Os sectores escolhidos para o reforço da informação útil à acção sindical e para o programa a curto prazo da comissão foram os grandes grupos transnacionais do sector automóvel na América Latina, as

peias populações a nefasta actividade destas transnacionais. É indispensável unir a acção dos trabalhadores, face aos grupos transnacionais da indústria farmacéutica.

Participaram nestes trabalhos, além de uma delegação da CGTP-IN, os seguintes elementos:

F.S.M. — Akis Fantis, secretário da FSM; Noel Harris, chefe de serviço económico e social da FSM; Pedro Garcia, colaborador do serviço económico e social da FSM; Carlos de Angelí, representante permanente da FSM junto da ONU e da OIT em Geneve; Maral Bagli, presidente do conselho económico e social da FSM; e Marton Buza,

filasistas, algumas das quais fizeram vibrantes discursos, condenando sem libelozas a invasão do Vietnam pela China. Entre os vários oradores desta sessão, citamos o nosso camarada Manuel Lopes, do Secretariado da CGTP-IN, que, na sua intervenção, teve oportunidade de realinhar o apoio da CGTP-IN e dos trabalhadores portugueses à justa e heróica luta do povo vietnamita, não deixando de criticar duramente a invasão e os massacres cometidos em solo vietnamita pelas autoridades chinesas. Os projectos expansionistas e hegemónicos dos dirigentes chineses, reflexo das dificuldades crescentes, dos problemas internos e da política aventureirista que o governo chinês tem levado a cabo nos últimos anos, foram ressaltados na intervenção do dirigente da CGTP-IN.

«A agressão chinesa ao Vietnam, a todos os títulos condenável, deve, também, ser devidamente denunciada pelo que constitui de ameaça à Paz e à Segurança dos Povos» — afirmou o camarada Manuel Lopes.

De qualquer modo, «em razão das pesadas derrotas que as Forças Armadas e o Povo Vietnamita lhes causaram, e em face dos protestos que no mundo inteiro e no solo da própria China se levantaram perante a agressão da clique chinesa ao Vietnam», as tropas de Poxum, avaliadas em mais de 300.000 soldados e material pesado anunciaram a retirada do Vietnam.

«Enormes baixas e muito material perdido — acrescentou —, é o saldo da aventura chinesa, cujas tropas, na retirada, continuaram a destruir objectivos económicos e a massacar populações indefesas. A China acaba, assim, de sofrer um duro revés nas suas ambições de anexar o Vietnam e outros países da Indochina, perspetiva que lhe serviria como um trampolim em direcção ao sudeste asiático».

E mais adiante: «O Vietnam, uma vez mais, defendeu heroicamente a sua independência e a integridade do seu solo pátrio». Pelo seu lado, «a CGTP-IN e os trabalhadores portugueses continuaram a denunciar e a exigir a retirada imediata, total e incondicional, das tropas de Pequim do solo da República Socialista do Vietnam, que assim poderá continuar a tarefa grandiosa e pacífica que empreendeu, após a reunificação do país, em 1975».

### Solidariedade com o Povo do Vietnam

No salão da Voz do Operário, em Lisboa, apinhado até mais não de um público entusiasta e vibrante, efectuou-se, em Março passado, uma grande sessão de apoio ao heróico povo do Vietnam.

Antes de se iniciar a sessão, e ao aparecer no palco o representante oficial desse país, Tran Van Lam, a enorme assistência, de pé, aplaudiu-o calorosamente, durante largos minutos, ao mesmo tempo que gritava «Solidariedade com o Vietnam» e «O Vietnam vencerá».

Na mesa da presidência, que foi dirigida pelo poeta José Gomes Ferreira, estiveram numerosas personalidades an-



## EMIGRANTES APOIAM A CGTP-IN

Mais de 4500 trabalhadores portugueses radicados em diversos países europeus participaram num comício-festa realizado no dia 10 de Março, em Bruxelas, por iniciativa da Associação dos Emigrantes Portugueses na Bélgica (APEB), com a colaboração da Associação dos Portugueses da Região de Charleroi e do Clube Cultural e Recreativo Português de Vilvorde, também na Bélgica.

Na jornada, em que estiveram presentes os camaradas

## Vitória da unidade nos Escritórios do Porto

Os trabalhadores de escritórios do Porto viram finalmente confirmada a vitória da lista «C», unitária, nas eleições para os corpos gerentes do seu Sindicato, realizadas há um mês.

A lista de unidade foi, efectivamente, a mais votada no acto eleitoral, mas a sua vitória nas urnas foi impugnada pelos dirigentes cossários do Sindicato. Em assembleia geral especialmente convocada para o efeito, os trabalhadores confirmaram a vitória, na última semana de Março, e os candidatos à lista unitária foram empossados como novos dirigentes do Sindicato.

O Sindicato dos Escritórios, representativo de cerca de 30 mil trabalhadores foi assim resgatado, escapando ao controlo dos divisionistas.

Álvaro Rana e Orlando Laranjeiro, respectivamente secretário nacional executivo e responsável pelo departamento de emigração da CGTP-IN, participaram trabalhadores portugueses vindos especialmente de França, Suíça, Holanda, RFA, Luxemburgo e Suécia e ainda, naturalmente, de diversas regiões da Bélgica.

O comitê-festa integrou-se no âmbito da campanha de fundos da CGTP-IN para a Escola de Formação Sindical e possibilitou que o camarada Álvaro Rana analisasse, para os emigrantes, a actual situação política, económica, social e sindical do nosso País, ao que os presentes responderam com a demonstração do seu incondicional apoio à actuação da CGTP-IN.

Após a intervenção do camarada Álvaro Rana, actuaram, fartamente aplaudidos, o Rancho Folclórico da APEB, o Grupo Coral Alentejano da qualia associação, o Grupo Coral dos Portugueses de Frankfurt, o Grupo Coral Infantil de Roubaix (França), os cantores António Couto, Filipe Garócs, Tony, José Martins e, numa segunda parte, Carlos do Carmo (acompanhado por José Maria Nóbrega e Arlindo Fernandes), Fernando Tordo e José Jorge Letria e, ainda, a parreira dos palhaços «Os Elizabeth», o ilusionista Dakosta e o agrupamento chileno «Tierra da Fuego».

A Assembleia da República rejeitou, no dia 22 de Março, as propostas do Governo das leis do Orçamento Geral do Estado e do Plano.

## 2.º Torneio Internacional de Atletismo «1.º de Maio»

Realiza-se, igualmente, na pista de tartan do Estádio Nacional, no próximo dia 29 do corrente, o 2.º Torneio Internacional de Atletismo «1.º de Maio», organizado pela CGTP-IN, com o apoio da Federação Portuguesa de Atletismo.

Este meeting internacional, integra-se nas comemorações do 1.º de Maio e é mais um contributo da CGTP-IN para o desenvolvimento do atletismo em Portugal.

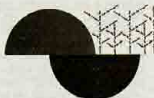
Esta jornada constituirá, por certo, um êxito de alta qualidade atlética e desportiva de que beneficiarão, naturalmente, os trabalhadores.

De resto, encontra-se já garantida a presença de atletas da Espanha, França, União Soviética, Checoslováquia, Roménia e Polónia.

São esperados, também, atletas de outros países (cerca de 50), que competirão com os melhores atletas nacionais.

## Corta-mato «Alavanca» 1979

CORTA MATO  
79 alavanca



CGTP-INTERNACIONAL NACIONAL

No próximo número de «Alavanca» publicaremos uma extensa reportagem sobre o Corta-Mato «Alavanca»-79 cuja prova final tem lugar no dia 8 de Abril, em Lisboa, nos terrenos anexos ao Estádio Nacional.

Trata-se da segunda edição desta importante prova desportiva de massas que, tal como no ano transacto, mobilizou centenas de trabalhadores desportistas, um pouco por todo o País.

## Futebol: Taça CGTP-IN

Disputam-se neste momento as eliminatórias distritais da Taça de Futebol CGTP-IN, cujas finais se realizarão no próximo dia 1.º de Maio, em Lisboa (1.º e 2.º lugares) e no Porto (3.º e

4.º classificados).

Mais de 150 equipas participam nesta competição, distribuídas pelos distritos de Lisboa, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo.

LÊ  
ASSINA  
E DIVULGA

alavanca



## Conflitos laborais

# DECLARAR FALÊNCIA DA MDF É UMA ACÇÃO INCONSTITUCIONAL

Roubar os postos de trabalho a 2500 trabalhadores, declarar a Metalúrgica Duarte Forreira falida e encerrar a empresa é o processo encontrado pelo Governo Mota Pinto/PPD para «evitar que, em Portugal, se façam, entre outras coisas possíveis, tractores, camiões, rebocos e semi-rebocos, enfiadeiras, ceifeiras-debulhadoras,

semeadoras, etc., etc.».

Como acusam os trabalhadores daquela empresa, num «memorandum» enviado à Assembleia da República e ao Conselho de Revolução, no qual contestam a decisão do Conselho de Ministros de desencadear o processo de falência, essa é a «solução» do Executivo para «evitar que Portugal se li-

berte, na prática, do 24 de Abril de 1974».

É certo, que como esclarecem os trabalhadores da MDF, o Governo está «completamente dominado» por interesses estrangeiros e que a declaração de falência se «impõe para satisfazer desejos do capitalismo nacional e estrangeiro», a quem o presente Governo serve «cega-

e traiçoeiramente».

A decisão do Governo, lê-se no «memorandum», «vem provar pelemente a viabilidade de MDF», como marco importante na independência económica do país.

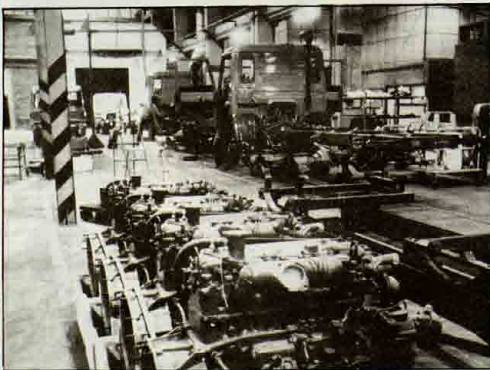
De resto, os trabalhadores daquela empresa recordam aos deputados e aos Conselheiros da Revolução que é inteiramente possível a rendibilidade da MDF o que, aliás, foi reconhecido pelos primeiros governos constitucionais, nos respectivos programas, aprovados na Assembleia da República.

«Quatro anos de longos e trabalhosos anos de estudos e realiações vêm provar, cabalmente, a viabilidade da empresa que, de resto, elaborou também, «alguns projectos de novos fábricas». Se esses projectos nunca viram a luz do dia, isso deveu-se exclusivamente à incapacidade do Governo.

Os trabalhadores denunciam no mesmo «memorandum» a incapacidade dos sucessivos governos para resolver os problemas da empresa, ao mesmo tempo que acusam de inclina a respectiva comissão administrativa, o que levou a que diversos contratos não fossem cumpridos e a que a empresa se visse permanentemente ameaçada de falência.

A Tátulo de exemplo, aponta-se a sucursal da MDF, em Angola, que, como esclarecem os trabalhadores, só tem conseguido manter-se devido à intervenção estatal decretada pelo governo de Luanda e ao apoio dos trabalhadores e respectivas estruturas organizativas.

Resta acrescentar que o «memorandum» foi acompanhado de um abaixo-assinado subscrito por 34 mil assinaturas. Os trabalhadores deixaram deste modo bem claro o quanto repudiam a política de submissão aos interesses do imperialismo, prosseguida pelo Governo MP/PPD.





## AC: CONSELHO DE MINISTROS DECLARA FALENCIA DA EMPRESA



«Há cerca de oito meses sem receberem salários, os trabalhadores da empresa de construção civil AC foram «premia-

dos», no passado dia 28 de Março, pelo Conselho de Ministros com a declaração de falência da empresa.

Porfiadas vezes tentaram os trabalhadores fazer ver ao Governo da direita que os patrões abandonaram a AC e que não

tencionam regressar. Empurrados de Ministério para Ministério, os representantes do 1500 trabalhadores, de uma empresa sob intervenção do Estado, têm procurado explicar por todas as formas ao seu alcance — tendo recorrido mesmo a uma concentração em frente à AR — que desejam trabalhar mas que o não podem fazer, pois não têm material.

E, se isso acontece, é porque o Estado não lhes salda, como lhe compete, uma dívida de 190 mil contos, relativos a empreitadas há muito concretizadas.

Um caso como tantos outros, a que nos vem habituando a prática do Governo MP/PPD. Longe de procurar resolver os problemas das classes laboriosas, ou de tentar salvar a economia nacional, pelo contrário, o Governo da direita procura, isso sim, lançar os trabalhadores na miséria e o país na bancarrota, submetendo-se, declarada e ilegalmente, aos interesses do grande capital.

## GOVERNO INTENSIFICA REPRESSÃO NA SOREFAME

Os trabalhadores da Sorefame reunidos em Plenário decidiram processar a administração daquela empresa por ter resolvido transferir as estruturas representativas dos trabalhadores das instalações que lhes haviam sido concedidas, sem que se verificasse qualquer consulta prévia ou que fosse dada qualquer justifica-

ção. O Plenário, que foi convocado para decidir das formas de luta a adoptar face à situação criada por este facto e ainda devido aos processos disciplinares levantados a cerca de 40 trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais e membros de outras estruturas representativas do

peçoal da empresa, decidiu, em moção aprovada pelos trabalhadores «repudiar e condenar energicamente todas as manobras e medidas repressivas, venham elas do onde vierem, que visam a destruição ou a limitação da actividade dos seus órgãos representativos».

Segundo o mesmo documento, «a administração, demitindo-se ostensivamente da responsabilidade dos grandes e graves problemas da Sorefame, preferiu virar-se para uma

ofensiva de repressão e da tentativa de retirar penalizações duramente conquistadas pelos trabalhadores».

Os trabalhadores, que se «reservam o direito de adoptar as formas de luta que acharem necessárias», caso a administração não archive de imediato os processos disciplinares, consideram, igualmente, que esta situação «se enquadra na clara ofensiva do Governo contra o pessoal das empresas de capital maioritário do Estado».

## GOVERNO NÃO TEM SOLUÇÃO PARA A CRISE DA MARINHA MERCANTE

Recentemente, uma delegação constituída por representantes das comissões de trabalhadores e sindical da Companhia de Transportes Marítimos (CTM), dos Sindicatos dos Metalúrgicos, das Indústrias Eléctricas e da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas e, ainda, da Federação dos Sindicatos do Mar, foi recebida pelos grupos parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista Português, na AR.

Nessa reunião os representantes dos trabalhadores fizeram sentir as suas legíti-

mas preocupações pela crise que se desenvolve no sector. Entre as soluções que, no ponto de vista dos trabalhadores, poderiam resolver os problemas existentes, destaca-se o saneamento financeiro das empresas.

Os trabalhadores, que continuam a aguardar que lhes seja concedida uma entrevista pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, pretendem, igualmente, expor as suas posições ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e à Direcção-Geral da Marinha Mercante.

## PARA QUANDO PRT DO SECTOR DO FRIJO?

O Ministério do Trabalho criou no ano transacto uma comissão técnica encarregada de elaborar um projecto de portaria de regulamentação de trabalho para os sindicatos dos trabalhadores das indústrias de conservas (sector de Frio).

Esse projecto de PRT destina-se a substituir o contrato livremente acordado denunciado há cerca de um ano pelos sindicatos. Essa revisão, não fora o impulso criado nas negociações pela associação pa-

tricular, iria melhorar os salários praticados no sector desde 1976.

Face à demora na elaboração da portaria e à degradação das condições de trabalho no sector de Frio, os sindicatos interrogam-se: «Quem mandou congelar a saída da regulamentação de trabalho? Qual o papel dos patrões no meio de tudo isto e que «relações» existem entre si e os serviços do Ministério do Trabalho?»

## CAMPANHA DE FUNDOS DA CGTP-IN

# PARTICIPAR É REFORÇAR A UNIDADE E CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

**A** proximamo-nos rapidamente do termo da Campanha de Fundos -10 mil contos para uma Escola Sindical de Unidade e Democracia-.

Conforme amplamente temos vindo a anunciar nas páginas de «Alavanca», esta iniciativa da CGTP-IN terminará oficialmente no dia 1.º de Maio. Resta-nos, pois, pouco mais de um mês para recolher e enviar os fundos obtidos, para as várias uniões distritais.

Relembramos, igualmente, que o sorteio dos prémios se realizará numa sessão pública a efectuar na «Voz do Operário», em Lisboa, no dia 11 de Maio, pelas 21 e 30 horas.

Entretanto, e apesar de nem todas as metas propostas terem sido ainda atingidas, os Cursos de Formação Sindical já se tornaram uma realidade. Desde o início do ano realizaram-se já 10 destes cursos, abrangendo cerca de 250 dirigentes sindicais dos distritos do Porto, Lisboa, Aveiro, Setúbal, Santarém, Viana do Castelo e Braga.

UMA NOVA REVISTA POPULAR - UMA NOVA MANEIRA DE VER!

revista à portuguesa

# EM FRENTE, MARCHE!

Uma publicação

MÚSICA PELO CONJUNTO 2 + 1

UM PASSO EM FRENTE NO ESPECTÁCULO POPULAR!!!

Estes cursos, que visam dotar os dirigentes sindicais dos conhecimentos necessários que lhes permitirão responder cabalmente às inúmeras solicitações que a actividade sindical lhes impõe, com vistas à defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores, compõem-se de seis temas básicos:

- Economia Política;
- Evolução da Economia Portuguesa;
- História do Movimento Operário;
- Conquistas da Revolução;
- Organização Sindical;
- Legislação do Trabalho.

Até ao fim do primeiro semestre do corrente ano prevê-se que em todos os distritos do continente sejam levados a cabo cursos semelhantes, ministrados por três equipas de monitores, centralizados na CGTP-IN.

Um pouco por todo o País se têm igualmente realizado vários colóquios sobre questões diversas, relacionadas com o Movimento Sindical.

Muitas e variadas são as iniciativas de que se

tem revestido a Campanha de Fundos. Dentre todas elas, destacamos, a título de exemplo, o espectáculo posto recentemente em cena por um grupo de actores, cantores e bailarinos, que se constituirá em cooperativa.

«Em Frente, Marcha» — gasim se intitula este espectáculo, que conta com um texto de Pedro Pinheiro e Manuel Girio e com canções de Fernando Tordo e Ary dos Santos — foi estreado no passado dia 22 do Março, na «Voz do Operário», em Lisboa, tendo prosseguido a sua carreira, de 30 de Março a 1 de Abril, na Sociedade Filarmónica da Amadora.

Se ainda não viu «Em Frente Marcha», poderá fazê-lo, de 8 a 18 do corrente, na Academia de Santo Amaro e, mais tarde, nos diversos distritos para onde o grupo for solicitado.

De referir que as receitas provenientes do espectáculo revertirão a favor da Campanha de Fundos. Ver esta revista à portuguesa é, assim, não só uma boa maneira para se divertir, como um dos muitos processos que se pode utilizar para participar na Campanha de Fundos que irá dotar o Movimento Sindical de um instrumento que será o centro da preparação dos activistas, dos delegados e dos dirigentes sindicais.

Participar na campanha é uma tarefa prioritária, para todos nós.

Participar na campanha é, também, uma maneira de dar expressão e demonstrar a inilimitada ligação e apoio que a CGTP-IN merece dos trabalhadores.

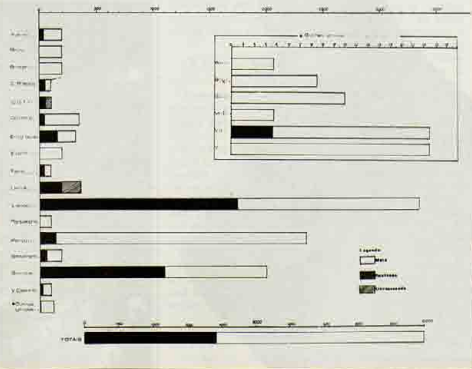
Participar na campanha é, ainda, uma resposta firme aos divisionistas e aos saudosos do passado, pelo que ela representa no reforço da unidade e na consolidação da democracia.

## LISTA DE PRÉMIOS

- 1.º — 1 Automóvel
- 2.º — Férias na URSS a 1 casal para assistirem aos J. Olímpicos/1980
- 3.º — Férias em CUBA durante o 1.º de MAIO de 1980.
- 4.º ao 13.º — Férias na URSS a 2 pessoas, por cada prémio
- 14.º — Férias na Jugoslávia para 1 pessoa.
- 15.º ao 17.º — Férias na Checoslováquia a 1 pessoa, por cada prémio
- 18.º — Férias na Hungria para 1 pessoa.
- 19.º — 1 Moto
- 20.º — 1 Moto
- 21.º ao 25.º — 1 Tenda de Campismo, por cada prémio
- 26.º ao 30.º — 1 Máquina de Filmar, por cada prémio
- 31.º ao 62.º — 1 Máquina de Fotografar, por cada prémio
- 63.º ao 92.º — 1 Rádio, por cada prémio
- 93.º ao 25.º — 1 Relógio, por cada prémio
- 26.º ao 155.º — 1 Pasta Mala, por cada prémio
- 156.º ao 175.º — 1 Álbum com 3 discos, por cada prémio
- 176.º ao 358.º — 1 Livro por cada prémio
- 359.º — 1 Boneca
- 360.º — 1 Boneca
- 361.º ao 507.º — 1 Disco por cada prémio
- 508.º ao 617.º — 1 Rolo de Fotografias, por cada prémio

### CAMPANHA DE FUNDOS - 10.000 CONTOS

#### ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL UNIDADE E DEMOCRACIA



# TRÊS DATAS HISTÓRICAS

25  
ABRIL

**C**ompletam-se, no dia 2 de Abril, três anos sobre a data em que a Assembleia Constituinte, reunida em sessão plenária, aprovou e decretou a Lei Fundamental da República Portuguesa.

Este texto, que consagra as principais conquistas da Revolução de Abril, é considerado, justamente, um dos mais progressistas de todos os países sob regime capitalista.

Com efeito, quando o cidadão português se debruça sobre o texto constitucional e lê no Art.º 1.º que «Portugal é uma República soberana, baseada na digni-

dade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes», esse mesmo cidadão encontra-se perante as novas perspectivas que se abriram na madrugada radiosa de 25 de Abril de 1974, com o derrube do odioso regime fascista.

Ao ler esse mesmo artigo, o cidadão português vê aí bem expresso o resultado inequívoco da vontade e da luta desenvolvida pelos trabalhadores, pelos democratas, pelo povo em geral: a consagração das liberdades democráticas e dos direitos

dos  
deter  
Agra  
zaço  
gest  
sagr  
obje  
da  
frate  
socia

Un

T  
men  
Con  
tra  
a  
soc  
e, a  
ele  
cuja  
cont  
dor c



# ORICAS

dos trabalhadores; a defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo de gestão; a defesa e consagração, em suma, do objectivo de construção da sociedade justa e fraterna da sociedade socialista.

## Unidade e luta

Todavia, num momento em que a própria Constituição se encontra ameaçada pelas forças mais retrógradas da sociedade portuguesa, e, ainda, pelo próprio elenco governamental, cuja prática vai, mesmo, contra o espírito libertador do 25 de Abril, justo

é que os trabalhadores, os democratas e o Povo em geral, unidos e organizados nas suas associações de classe, constituam a barreira que se oponha a esses desígnios reacçãoários.

Não será, por certo, atacando as mais preciosas conquistas da Revolução e tomando medidas que cada vez mais agravam as condições de vida dos portugueses, que qualquer Governo resolverá os problemas dos trabalhadores e os graves problemas do País, ou que se recupera uma economia nacional, democraticamente degradada.

Não será, por certo, cedendo aos interesses das multinacionais e do imperialismo ou, no plano interno, lançando as forças policiais contra os trabalhadores da Reforma Agrária, que qualquer Governo poderá contar com o apoio da população portuguesa.

É, pois, tendo em conta os perigos que o ataque frontal à Constituição e ao espírito do 25 de Abril, encerram — como reais ameaças à consolidação da democracia e à própria independência nacional — que todos nós, portugueses, democratas e antifascistas, devemos continuar a intensificar, sem hesitações, amplas campanhas de esclarecimento, organizado e mobilização dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, da população



em geral, manifestando todo o nosso apoio e solidariedade aos restantes trabalhadores, nas várias frentes de luta.

## O 1.º de Maio

Defender a Constituição da República Portuguesa, defender o espírito do 25 de Abril e resistir activamente contra todos aqueles que pretendem ver destruídas as esperanças na construção da sociedade sem classes são deveres imperiosos de todos nós, portugueses.

Neste sentido, a unidade, a combatividade e a determinação dos trabalhadores e das suas organizações de classe têm tido e continuarão a ter uma importante palavra a dizer.

Será, pois, unidos em torno da CGTP-IN, que os trabalhadores, ao

saírem à rua, em todo o País, para comemorarem intensa e condignamente o 1.º de Maio, estarão igualmente a desferir uma poderosa machadada nos inimigos da Constituição, do 25 de Abril, da Liberdade e da Democracia.

Transformar o 1.º de Maio numa grandiosa jornada de Unidade e de Luta será também celebrar a passagem de mais dois históricos aniversários: o da aprovação da Constituição Portuguesa e o de alçar da liberdade, com o advento do 25 de Abril.

Unidos em torno da CGTP-IN, em mais uma jornada comemorativa do Dia do Trabalhador, dá-nos a certeza de que, deste modo, lutamos, de forma consequente e responsável, pela defesa da Constituição e do projecto socialista que ela consagra.



UMA NOVA FRENTE DE LUTA

# CONTRA O AUMENTO DOS IMPOSTOS



Apesar da Assembleia da República ter rejeitado as propostas do Plano e Orçamento elaboradas pelo actual Governo, e apesar dos trabalhadores portugueses terem mostrado claramente através das grandiosas manifestações que se realizaram, por todo o país, nos dias 10 e 17 de Março último, a sua frontal oposição à política económica e social que está a ser seguida, Mota Pinto, em declarações proferidas aos órgãos de Informação, em 27 de Março, afirmou que a política do seu Governo não se alterará, e que funciona apresentar uma proposta de Orçamento que, no essencial, não será diferente daquela que foi rejeitada pela Assembleia da República.

Tais declarações, por um lado, revelam mais uma vez o profundo carácter antipolítico e antidemocrático deste Governo, e, por outro lado, mostram, também, a necessidade de que a luta dos trabalhadores continue com redobrada firmeza e unidade.

Para que os trabalhadores possam ficar com uma ideia mais clara das consequências

que sofreriam se a proposta de Orçamento Geral de Estado, elaborada pelo Governo, tivesse passado na Assembleia da República, ou se vier a ser aprovada uma muito semelhante, como propõe Mota Pinto, iremos analisar mais dois aspectos dela. E esses aspectos serão os seguintes:— (1) Ritmo de crescimento dos impostos sobre o trabalho e sobre o capital que ela determinava; (2) Diminuição inevitável dos salários que ela provocaria.

Começemos então por analisar o primeiro aspecto.

Se a proposta de Orçamento elaborada pelo Governo de Mota Pinto tivesse sido aprovada, ou se uma muito semelhante, como pretende o Primeiro-Ministro, vier a ser-lhe, em relação aos impostos cobrados em 1978, em 1979 os impostos sobre o trabalho aumentariam 83 por cento, e sobre o capital e propriedades crescerão 50 por cento.

Uma política fiscal desta natureza, que obriga aqueles que menos recebem e possuem a pagar mais ao Estado, teria um efeito devastador so-

bro o já baixo nível de vida das classes trabalhadoras.

Para provar isto, vamos analisar qual seria a solução de dois trabalhadores-tipo:— um trabalhador indiferenciado que ganhava 7 mil escudos em 1978 e um trabalhador qualificado que ganhava 10 mil escudos no mesmo ano.

Vejamos então quais foram os salários mensais líquidos destes trabalhadores, ou seja, depois de terem descontado para o Fundo de Desemprego e para a Previdência e de terem pago todos os impostos directos, em 1978, e quais seriam os seus salários líquidos, em 1979, admitindo mesmo que eles obtiriam a partir de 1 de Janeiro de 1979 um aumento de 18 por cento, que é aquele que o Governo pretende impôr como máximo durante este ano.

Vejamos agora o que aconteceria com os salários líquidos desses trabalhadores em 1979, se a proposta de Orçamento que o Governo apresentou, ou outra muito semelhante for ou vier a ser aprovada.

Em 1979 a subida dos im-

postos e descontos seria tão grande que, mesmo admitindo que os salários de todos os contratos subissem 18 por cento em 1979 (o que não aconteceria na realidade), o máximo aumento que teriam os trabalhadores este ano nos seus salários líquidos (e estes é que interessam para quem trabalha, pois é aquilo que acaba por receber em cada mês) seria inferior a 11,5 por cento.

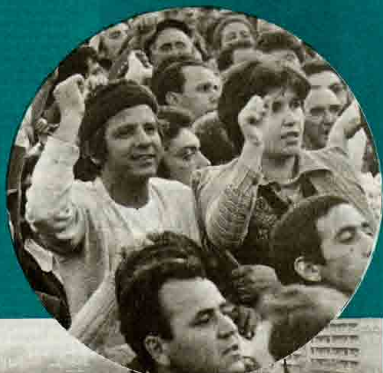
Comparámos este valor com a previsão de aumento de preços em 1979, feita pelo Governo: 18 por cento. É evidente que se o limite dos 18 por cento não for alterado, e se for aprovado um orçamento muito semelhante à proposta que foi rejeitada, como pretende Mota Pinto, os trabalhadores sofrerão nova despesa nos seus salários reais, avallada já em, pelo menos, seis por cento.

Não resta qualquer dúvida de que a luta contra uma carga fiscal profundamente injusta e contra os aumentos brutais dos impostos que o Governo Mota Pinto pretende impôr tornou-se tão importante como a luta contra o congelamento dos salários e contra o aumento dos preços.

E com mais forte razão, se se tiver presente que não são apenas os impostos sobre os rendimentos do trabalho que caem sobre os trabalhadores. Existem também os impostos sobre o consumo que, devido aos trabalhadores constituírem a esmagadora maioria da população portuguesa, são pagos principalmente por eles. E o actual Governo pretende também aumentar brutalmente estes.

Num único ano, os impostos sobre o consumo aumentariam em mais de 20 milhões de contos. Uma parte substancial deste aumento também seria pago pelos trabalhadores, através dos aumentos dos preços.

A LUTA CONTINUA  
MOTA PINTO  
PARA  
A RUA





## Centenas de milhares de pessoas

# O POVO NÃO ACEITA

«Os candidatos a ditadores que supunham que o povo estava distraído e indiferente, que oitem esta manifestação, retiram o seu significado e abandonam imediatamente S. Bento» — afirmou o camarada António Ramos, do Secretariado Nacional da CGTP-IN e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, na gigantesca concentração de trabalhadores que, culminando um entusiástico desfile que partiu do Largo de Marim Moniz, tornou pequena, na tarde do dia 17, a Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa.

A frente da tribuna onde o representante da CGTP-IN falava, estendia-se um enorme mar de gente, que interrompia frequentemente o orador, gritando palavras

de ordem contra a política que vem sendo seguida e contra o Governo Mota Pinto.

«A luta continua, Mota Pinto para a rua» foi o grito mais insistentemente gritado por centenas de milhares de gargantas, numa manifestação plena de determinação e combatividade.

Milhares de panos e cartazes, milhares de bandeiras vermelhas oscilando sobre as cabeças eram o testemunho insofismável da vontade dos trabalhadores e do Povo português de verem aplicada uma nova política que respeite as conquistas alcançadas com a Revolução iniciada no 25 de Abril e que a Constituição da República claramente consagra.

## ALENTEJO QUE DÁ PÃO NÃO MERECE A REPRESSÃO

«Considerando que a feroz ofensiva contra a Reforma Agrária conduzida pelo Governo Mota Pinto/PPD;

— É parte integrante da ofensiva global da reacção contra o regime democrático;

— Assenta na violação sistemática da Constituição e da Legalidade democrática, acumulando actos e decisões que por ilegais, não podem ser legitimamente considerados definitivos;

— Contraria o empenhamento dos trabalhadores em aumentar a produção agrícola e garantir o pão, a carne e o leite que o Povo Português necessita, o que constitui um monstruoso crime contra a economia nacional;

— Põe em causa o pão e o trabalho de milhares de famílias e lança a fome e o desemprego nos campos

do Alentejo;

— Traduz-se no uso crescente e arbitrário da violência, das provocações, das perseguições e da repressão policial o que representa só por si um irrefutável libelo acusatório contra uma política que encontra pela frente a resistência organizada, firme e serena dos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, dos trabalhadores, de todos os patriotas, confiantes na vitória definitiva dos ideais de Abril.

As centenas de milhares de trabalhadores, democratas e patriotas, reunidos na gigantesca manifestação unitária realizada em Lisboa, a 17 de Março de 1978;

— Reafirmam a sua determinação em lutarem infatigavelmente pelo fim da criminoso ofensiva contra a Reforma Agrária, pela anulação de todos os actos e decisões ille-

gais, pelo restabelecimento de todas as situações alteradas abusivamente pela reposição da legalidade democrática e pelo respeito integral da Constituição da República Portuguesa;

— Exigem o fim da violência e da repressão policiais e o restabelecimento de um clima de seriedade que permita aos trabalhadores alentejanos trabalhar em paz, garantir e desenvolver a produção, contribuir para a recuperação da economia e para o progresso social de Portugal;

— Apoiam o esforço produtivo dos trabalhadores, agora lançados na campanha das culturas da Primavera, esforço patriótico que visa recuperar no plano da produção o que a violência criminoso da MAP, e o mau tempo fizeram perder nas sementeiras das culturas de Inverno;

— Exigem a demissão dos responsáveis do MAP, a demissão do Governo Mota Pinto/PPD, cujo prosseguimento da sua criminoso e subversiva política consistiria não só a distribuição da Reforma Agrária e das outras conquistas da revolução como levaria o País à miséria, hipotecando seriamente o futuro do nosso Povo e de Portugal de Abril;

— Reafirmam a sua confiança em que esta política será derrotada, solidarizam-se com a luta de todos os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os democratas e patriotas em defesa, consolidação e prosseguimento da REFORMA AGRÁRIA e comprometem-se a desenvolver e alargar o já grandioso movimento de opinião a favor da maior e mais maravilhosa conquista da Revolução.



de pessoas em Lisboa

# ACEITA GOVERNO DE DIREITA

O interminável destituir que subiu a Avenida Almirante Reis abria com uma numerosa representação dos trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária, heróicos obreiros da que é a mais bela conquista revolucionária do nosso povo. Entre eles, pela primeira vez depois do 25 de Abril, centenas de bandeiras negras lembravam que a fome, que até há bem pouco não era mais do que uma amarga recordação do passado fascista, voltou de novo ao Alentejo em consequência da política destruidora e antinacional do Governo.

«O trabalho dá pão, a

repressão não» e «avante, avante com a Reforma Agrária» — gritavam os trabalhadores alentejanos. «O Alentejo que dá pão não merece a repressão» — respondiam trabalhadores de outros sectores, à passagem do destituir.

Os trabalhadores da Comunicação Social seguíam imediatamente o sector da Reforma Agrária. «Liberdade de Imprensa», «Não à censura», «Pronença para a rua» eram algumas das palavras de ordem gritadas.

Seguíam-se, no interminável cortejo, centenas de milhares de trabalhadores, de todos os sectores de actividade.

## O Governo está derrotado

«Estamos aqui hoje» — afirmava, desde a tribuna, o camarada António Ramos, quando dezenas de milhares de trabalhadores ainda não tinham conseguido entrar na Alameda — «para dizer basta ao Governo Mota Pinto, o qual, com cada vez maior despotismo, arrogância e desprezo pelo sentimento do Povo português, pelas leis democráticas e pela Constituição da República Portuguesa, executa uma política citada e controlada pelos centros do imperialismo».

O representante da

CGTP — IN denunciou depois alguns dos aspectos mais desastrosamente evidentes da política do Governo Mota Pinto, em particular os que atentam contra a legalidade democrática, contra a liberdade de informação, contra a Reforma Agrária e o sector público da economia nacional e contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Sobre o «assalto» do Governo aos órgãos de comunicação estatizados e as arbitrariedades cometidas neste campo, o camarada António Ramos afirmou que os reacçãoários e o

«Os muitos milhares de portugueses, reunidos na grandiosa manifestação de 17 de Março em Lisboa, condenam firmemente a política terrorista seguida por este ministro, que faz lembrar um passado de censura cujo regresso não permitiremos. Esta política mancha a democracia portuguesa e fere profundamente o direito conquistado pelo Povo português, consignado na Constituição da República, e uma informação livre, creativa e objectiva.

Expressam a sua completa solidariedade com os trabalhadores dos órgãos de Comunicação Social na luta pela defesa da liberdade de expressão, informação e imprensa, contra a política reacçãoária e obscurantista seguida pelo ministro da Comunicação Social do Governo Mota Pinto/PPD, Pronença de Carvalho.

Não à política de censura do ministro Pronença de Carvalho!

Viva a liberdade de expressão e informação!

Fora com o Pronença de Carvalho!»

## NÃO À CENSURA — LIBERDADE DE INFORMAÇÃO







# 120 mil manifestantes no Porto

## LOTAR CONTRA O GOVERNO MO

A manifestação realizada no Porto, no dia 10, contou com a participação de cerca de 120 mil pessoas e constituiu uma das demonstrações de maior vigor e combatividade jamais realizadas na cidade.

«A luta continua, Mata Pinto para a rua» foi, também no Norte, a palavra de ordem mais gritada durante a jornada, organizada por 47 sindicatos do distrito e pela União dos Sindicatos do Porto/CGTP - Intersindical, apoiada por diversas outras estruturas sindicais e apoiada por centenas de organizações populares e unitárias, incluindo comissões e associações de moradores, comissões de

mulheres e colectividades.

Durante mais de quatro horas, os manifestantes gritaram palavras de ordem como «o custo de vida aumenta, o povo não aguenta», «imposto especial, que o pague o capital», «o povo rejeita o orçamento de direita», «trabalho sim, desemprego não», «Alerta! que dá pau não merece a repressão», «libertar a imprensa da mordida do Proença», «contra a reacção, cumprir a Constituição» e «CGTP - unidade sindical».

Conforme sublinhou o camarada Armando Teixeira da Silva, da comissão executiva do Secretariado Nacional da CGTP - IN,

«estamos hoje aqui, e estaremos sempre onde for necessário demonstrar o sentimento e a vontade dos trabalhadores do povo português, de dizer 'basta' à política de direita, para reclamar uma política e um Governo que se notem pelos ideais libertadores de Abril, que respeitem a democracia, que prossigam o projecto da construção do socialismo, inscrito na Constituição da República Portuguesa».

«Estamos aqui - continuou - para afirmarmos que continuaremos a luta em defesa do trabalho e do pau, em defesa do regime democrático, das conquistas revolucionárias do 25

de Abril que pôs fim a um odioso regime de opressão e exploração».

«Lutar contra o Governo Mata Pinto à defender a democracia - declarou seguidamente o camarada Armando Teixeira da Silva, depois de salientar que «as forças de direita e as suas organizações estão perfeitamente conscientes de que este Governo, fora da lei, fora da Constituição e fora da vontade do povo português, tem os seus dias contados, mas também sabem que cada dia em que ele se mantenha no poder torna possíveis mais e mais afrontas e ataques aos trabalhadores e às suas organizações, à de-

### POR UMA NOVA POLÍTICA QUE RESPEITE O 25 DE ABRIL

Os trabalhadores e o povo do Porto sintetizaram numa moção final as suas mais sentidas reivindicações, exigindo «um novo Governo e uma nova política que respeite a legalidade democrática, que respeite, na letra e no espírito, a Constituição nascida da Revolução de Abril - suporte fundamental da construção de uma nova sociedade, de uma vida melhor para o povo português».

Assim, reafirmaram a sua «inabalável determinação de continuar a luta nos campos, nas fábricas, nos serviços, na rua, multiplicando as acções de esclarecimento e mobilização, utilizando todos os meios considerados necessários para fazer respeitar os seus direitos, garantias e objectivos».

No documento, apresentado por Victor Ranita, da USP, presidente do Sindicato dos Meta-

lúrgicos do Distrito do Porto, e que foi entusiasticamente aplaudido, exige-se «dos órgãos do poder medidas se traduzam pela melhoria das suas condições de vida, que travem os aumentos dos preços e ponham fim aos despedimentos e à repressão»; denuncia-se «a aviltante ofensiva do ministro Proença de Carvalho contra os órgãos de comunicação social, na tentativa de os transformar em veículos da sua propaganda reaccionária e fascizante», e exige-se «uma nova política que garanta uma informação livre e progressiva, que respeite os direitos dos profissionais do sector e não agrida a consciência democrática do povo português»; exige-se, também, «o fim imediato dos ataques e das tentativas de antilquamento da Reforma Agrária, das prepotências e brutali-

dades cometidas a mando do MAP»; denuncia-se «as acções de grupos fascistas que, a coberto da política de tração deste Governo, desenvolvem graves e inadmissíveis atentados à democracia, à paz e ao progresso de Portugal»; e reivindica-se, «a punição atempada e exemplar dos seus mentores».

Na moção sublinha-se ainda «o carácter anti-patriótico do Orçamento Geral do Estado do Governo Mata Pinto/PPD que traduz, com clara evidência, as imposições do FMI e do imperialismo, pretendendo agravar ainda mais a miséria e a exploração do nosso povo» e responsabilizam-se «as forças democráticas representadas na Assembleia da República para que, através do seu voto, traduzissem - sem equívocos - a «expressão de recusa e repúdio popular pelo OGEM deste Governo».



# O MOTA PINTO

mocracia e à Constituição».

O camarada Armando Teixeira da Silva debruçou-se, depois, sobre alguns aspectos concretos da política agreste em prática pelo Governo Mota Pinto.

No sector da Comunicação Social — disse — «as forças da direita e da reacção, apoiadas no seu Governo, desenvolvem uma forte ofensiva contra todas as situações que foram alteradas pelo 25 de Abril». A li-

berdade de pensamento e de informação «contra-põem, nos órgãos de comunicação social estatizados, a suspensão de pessoas e de programas, reinstalam as formas mais tozozes e mais sutis de censura, através da perseguição e da destituição, por motivos de opção ideológica e política, geram o medo, a intranquilidade e a autocensura, saneiam todas as vozes conscientes,

incômodas, tanto na rádio como na TV e nos jornais».

O dirigente da CGTP-IM denunciou também a acção do Governo contra a Reforma Agrária que — afirmou — «é o exemplo acabado do arbitrio, da ilegalidade e da prepotência».

Aquela maravilhosa conquista de Abril está assim a sofrer «os ataques mais hediondos, com a finalidade de quebrar, pela fome e pela repressão, a resistência heróica dos trabalhadores que a levaram a cabo».

Quanto as empresas nacionalizadas retiradas das mãos dos monopolistas, o Governo «move-lhes um permanente ataque, tanto na criação de condições que dificultem a sua actividade e o seu normal de-

envolvimento, como ainda tanta, pontual e subtilmente, entregá-las ao capital privado».

Por tudo isto — afirmou o camarada Armando Teixeira da Silva — «vamos continuar a reforçar a nossa unidade e a nossa organização, vamos continuar a ser cada vez mais fortes e determinados no combate frontal ao Governo Mota Pinto e às forças da direita e do fascismo».

«Os trabalhadores são a torça da Nação — concluiu.

«Este Governo e a sua política têm o repúdio das massas trabalhadoras e de vastos sectores da população. Por isso, é um Governo que não interessa ao Povo português. Por isso é um Governo que está derrotado».

## É DEFENDER A DEMOCRACIA



## Grandiosas manifestações em todo o País

# NORTE A SUL A FORÇA DE ABRIL



A determinação dos trabalhadores do distrito de Braga de lutar por uma nova política e por um novo Governo que respeitem Abril e a Constituição da República ficou bem demonstrada na grande manifestação que juntou, naquela cidade, no dia 10, mais de cerca de 30 mil pessoas.

A manifestação, promovida pela USB e por mais 23 sindicatos, foi uma das maiores jamais realizadas naquela cidade, aonde

confluíram trabalhadores vindos de diversos pontos do distrito, empunhando numerosos panos, cartazes e bandeiras ostentando palavras de ordem de repúdio pela actuação do Governo Mota Pinto.

Na Avenida Central, onde se fez a concentração, após o desfile pelas ruas da cidade, o camarada Manuel Carvalho da Silva, da comissão executiva do Secretariado Nacional da CGTP - IN, e um dirigente do Sindicato da Construção

Civil, em nome da comissão organizadora, fizeram intervenções sobre a actual situação dos trabalhadores portugueses em face da política antinacional e antipopolítica do Governo.

«Vamos continuar a reforçar a nossa unidade e a nossa organização, vamos continuar a ser cada vez mais fortes e determinados no combate frontal ao Governo de Mota Pinto e as forças da direita e do fascismo» — garantiu o camarada Manuel Carvalho da

Silva, na sua intervenção.

Por sua vez, o representante da comissão organizadora da manifestação, o camarada José Maria Pereira, advertiu durante a sua intervenção, que «esta política não pode continuar», pois «no distrito de Braga, tal como no resto do país, os trabalhadores têm sofrido os efeitos da política destruidora do Governo Mota Pinto» e, «hoje mais do que nunca», sente-se «a constante ameaça do desemprego, da fome, da repressão e da violência».

Em Évora (30 mil pessoas), Beja (mais de 20 mil), Leiria (cerca de uma dezena de milhares), Viana do Castelo, Santo Tirso, Felgueiras e Ovar e, ainda, no dia 31, em Coimbra, outras tantas manifestações testemunharam o descontentamento popular relativamente à política do Governo Mota Pinto.

Em todas aquelas cidades e vilas, as manifestações consiliuraram das maiores jornadas de luta jamais feitas e, pela combatividade e determinação que patentearam, mostraram, mais uma vez, o isolamento em que caiu este Governo e a política de recuperação capitalista que leirna em prosseguir.



# A JUVENTUDE PORTUGUESA TRILHA OS CAMINHOS QUE ABRIL ABRIU

Mais uma vez, a juventude portuguesa confirmou a sua firmeza e dedicação na defesa do 25 de Abril e no futuro que foi aberto por esse glorioso dia.

As comemorações que se desenvolveram por todo o País são a prova da imaginação criadora das massas juvenis.

Torneios de xadrez, exposições, colóquios sobre o desemprego, provas de atletismo, futebol, canto livre e tantas outras iniciativas mobilizaram muitos milhares de jovens por todo o País, de Norte a Sul.

Sempre com o mesmo entusiasmo e abnegação nas tarefas que se puseram, as organizações juvenis dos sindicatos fizeram do dia 28 de Março e da semana das comemorações do Dia Nacional da Juventude jornadas de alegria e luta pelo futuro juvenil no caminho de Abril.

As comemorações estenderam-se um pouco por todo o País. Em Setúbal, por exemplo, efectuou-se um colóquio sobre o Festival Mundial da Juventude, realizado em Cuba, em 1978, o qual contou com a presença dos delegados desta zona.

Também os bailes e as exposições foram iniciativas compreendidas no programa das comemorações, em Setúbal, tal como aconteceu com o desporto e com um espectáculo de variedades.

No distrito de Aveiro, a juventude também se mostrou consciente, e saiu a comemorar o histórico 28 de Março, convivendo em festas realizadas nos vários concelhos.

Em Lieboia, o Estádio Universitário foi palco das comemorações, que antes se realizaram também na Academia de Santo Amaro, onde se efectuou uma festa-convívio.

Uma prova de estrada uniu a Praça dos Restauradores, em Lisboa, e o Estádio Universitário e nela participaram mais de oito dezenas de jovens atletas.

O xadrez também foi tema nas comemorações, realizando-se um torneio de 24 a 30 de Março, que contou com a presença de aproximadamente setenta jovens.

Os jogos florais constituíram mais outra das dezenas de iniciativas que uniram a juventude, de Norte a Sul de Portugal.

Eles contaram com uma grande participação de jovens, que se mostraram interessados na poesia, no conto, na reportagem, no teatro e nas restantes modalidades do certame, mostrando assim o seu amor pela cultura, desde que esta seja uma das bases da sua libertação.

Muitas mais iniciativas se concretizaram, um pouco por todo o País.

A juventude portuguesa tem a plena cons-

ciência das dificuldades e das exigências do momento presente; no nosso País, mas as dificuldades só podem ser ultrapassadas com os trabalhadores, entre os quais os jovens, trilhando os caminhos que Abril abriu, e nunca contra eles.

As comemorações do Dia Nacional da Juveni-

tude terminaram, mas os objectivos que lhes estiveram subjacentes continuam presentes e bem vivos entre a juventude portuguesa. E presentes continuam, portanto, a vontade de justiça e a confiança num futuro mais próspero, mais justo e mais fraterno para todo o povo português.



## PELA DEFESA DA SAUDE E VIDA DOS TRABALHADORES

Vai realizar-se no próximo dia 12 de Maio, nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, o primeiro seminário sindical realizado no nosso país expressamente para tratar da problemática da Higiene e Segurança no Trabalho.

Esta realização da CGTP-IN insere-se na aplicação prática das resoluções do Congresso de Todos os Sindicatos, concretizando as linhas de orientação definidas pelo Programa de Acção então aprovado. São objectivos deste seminário tal como consta do artigo 2.º do seu regulamento:

- Analisar a problemática da Higiene e Segurança no Trabalho a nível nacional;
- Sensibilizar tanto os trabalhadores como os técnicos para as questões de HST, de acordo com a orientação do Movimento Sindical Unitário;
- Contribuir para a definição de uma política nacional de HST;
- Perspectivar a organização dos trabalhadores em comissões específicas de HST, nas empresas e a todos os níveis da organização sindical.

Assim, os trabalhos processar-se-ão em três secções subordinadas aos temas:

- Organização da HST em Portugal;
- Formação a nível dos trabalhadores e a nível do ensino;
- Organização do Movimento Sindical perante a HST.

Para estes temas, foram elaborados textos de apoio que estão inseridos numa publicação que contém ainda o Regulamento do Seminário. Estes textos têm sido objecto de ampla discussão, devendo as propostas de alteração ser remetidas à CGTP-IN até ao próximo dia 26 do mês corrente.

O Movimento Sindical Unitário, ao levar a efeito este seminário, aberto à participação de todas as associações sindicais, filiadas ou não na CGTP-IN, assim como aos delegados sindicais, comissões de HST e comissões de trabalhadores, conta com a participação activa de todos para a concretização dos seus objectivos, que são, em última análise, a defesa das condições de saúde e de vida dos trabalhadores.

# Seminário sindical HIGIENE E SEGURANÇA



Tem vindo a ser cada vez maior o interesse que os trabalhadores vêm demonstrando sempre que em melhoradas as suas condições de trabalho.

Quase cinco anos após a Revolução, continuam os trabalhadores, por vezes através de meios repressivos, a exercer a sua actividade profissional em péssimas condições de higiene e segurança, em ambientes empoeirados e ruidosos, enfim naquilo que vulgarmente se chama de locais de «morte lenta».

Tem sido a desenfreada exploração capitalista, que mais não vê do que a maximização do lucro, a origem desta situação degradante, com repercussão na economia do nosso país e nas perspectivas para o seu desenvolvimento. Entretanto a indústria seguradora continua a obter enormes lucros. Por exemplo, a Companhia de Seguros Império teve em 1977 um lucro de 80 000 contos, ao mesmo tempo que, embora pareça paradoxal, uma instituição de segurança social, a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, arrecadou também de lucros várias dezenas de milhares de contos. No entanto, os trabalhadores, depois de terem sido declarados doen-

tes profissionais por esta Caixa, e de lhes serem atribuídas as diversas incapacidades, terão que ir pedir esmola para a sua sobrevivência e a dos seus familiares.

É um mundo de contradições. Na realidade, existem algumas leis que, embora cheias de deficiências, apontam com algumas medidas que, de certa forma, se postas em prática, eliminariam alguns riscos profissionais. No entanto, os governantes que temos tido, com responsabilidades neste sector, não as fazem cumprir (embora reafirmando sempre que as leis são para se cumprir...).

Afinal, que espécie de governantes são estes? Lamentavelmente, a resposta é que são aqueles que tudo fazem apenas para defenderem os seus





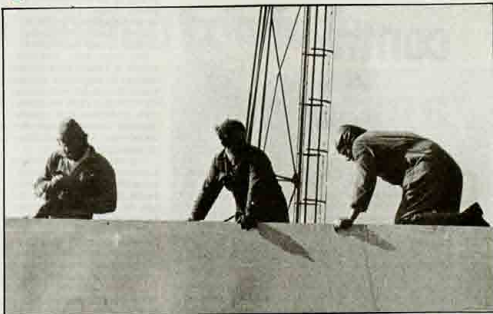
# SEGURANÇA NO TRABALHO

respectivos interesses de classe, como na verdade estão a fazê-lo na zona da Reforma Agrária e mandarem mais trabalhadores para o desemprego, fechando empresas para as dar de bandeja aos Mellos e Companhia, para que estes recuperem o poder económico.

Mas os trabalhadores saberão defender-se e dizer não à política de recuperação capitalista e lutar pelos seus direitos, como obreiros que são da riqueza nacional.

## O seminário

A CGTP-Intersindical Nacional, dando cumprimento às linhas de orientação salidas da grandiosa jornada dos trabalhadores que foi o Congresso de Todos os Sindicatos, vai levar a efeito, em 12 de Maio pró-



ximo, o Seminário de Higiene e Segurança no Trabalho.

O Seminário Sindical da H.S.T. tem por objectivos:

1. Analisar a problemática da Higiene e Segurança no Trabalho a nível nacional.
  2. Sensibilizar os trabalhadores e técnicos para as questões da Higiene e Segurança no Trabalho, de acordo com a orientação do Movimento Sindical Unitário.
  3. Contribuir para a definição de uma política nacional de Higiene e Segurança no Trabalho.
  4. Perspetivar a organização dos trabalhadores em comissões específicas de HST nas empresas e a todos os níveis da organização sindical.
- Assim, de acordo com estes objectivos, o Seminário Sindical irá funcionar em 3 secções que tratarão os seguintes temas:
- a) Organização da H.S.T. em Portugal;
  - b) Formação a nível dos trabalhadores e a nível do ensino;
  - c) A organização do Movimento Sindical perante a Higiene e Segurança no Trabalho.

Na verdade, iremos passar a uma outra fase, que é a da constatação e reconhecimento da participação do Movimento Sindical Unitário na discussão, elaboração e aplicação da legislação no campo da Higiene e Segurança no Trabalho, tendo em vista que, mais importante que a reparação dos riscos profissionais, é a sua prevenção que interessa, tanto do ponto de vista humano como económico.

Esta iniciativa constitui também uma chamada de atenção do poder político para a decisão do Movimento Sindical Unitário de participar activamente em tudo o que se relacione com este importante sector do trabalho, como aliás tem sido a sua prática, não abdicando do consignado na Constituição.



# REFORMADOS

## A luta contra a miséria

**O**s reformados estão em luta contra a miséria, a fome e pelo cumprimento da Constituição da República.

Uma das causas da sua luta permanente pela sobrevivência, que é consequência da política reacionária que vem sendo seguida pelo Governo, reside no facto de as pensões, o abono de família, os subsídios e outras prestações, bem como a fixação de rendimentos máximos que limitam o direito a determinados benefícios, não estarem indexados relativamente aos salários ou ao custo de vida. Isto é: reside no facto de não estar garantido o mínimo de subsistência.

Em 1974 e 1975 não era assim. As pensões mínimas não podiam ser inferiores a, pelo menos, metade do salário mínimo nacional.

Em 1977, a famigerada Portaria 94/77 restabeleceu um princípio já seguido no tempo do fascismo, voltando a relacionar a pensão com a massa contributiva.

O aumento automático das pensões, em ligação com os salários, não interessa a governantes sem formação social, desejosos de aplicar uma «sustentação» selectiva de classe, e que preferem ter a cada momento a possibilidade de dispor da bolsa dos outros.

A Previdência voltou a ser fonte de abusos e injustiças, a partir de 1976.

O Governo Mota Pinto pretende, agora, aumentar em um por cento as contribuições para a Previdência e quis que o produto desse aumento — um milhão e 800 mil contos — fosse transferido para o Orçamento Geral do Estado. Se a proposta

de OGE do Governo tivesse passado na Assembleia da República, esta pretensão teria invertido por completo o disposto no Artigo 63.º da Constituição: em vez de ser o Estado a subsidiar a segurança social, esta é que subsidiaria o Estado.

Depois da República Federal da Alemanha, Portugal é dos Países europeus onde os trabalhadores mais directamente pagam, para a segurança social; isto é: é dos Países da Europa onde os descontos directos dos salários dos trabalhadores para a segurança social mais se aproximam dos descontos feitos através da empresa.

No nosso País, os trabalhadores descontam sete por cento e os patrões 19 por cento, enquanto em França os

descontos são, respectivamente de 6,6 e 29,34 por cento; em Itália de 6,95 e 39,36; e na Bélgica de 10,4 e 25,5 por cento. Na Alemanha Federal a taxa é de 14,35 por cento para ambas as partes, cabendo ao Estado o pagamento do abono de família, que nos outros países está incluído na taxa descontada através da empresa.

Por outro lado, naqueles países, o Estado subsidia os regimes de segurança social, enquanto que em Portugal a Previdência suporta encargos com prestações que devem depender da solidariedade nacional e ser, portanto, da responsabilidade do Estado.

Quando se fala em contribuição a cargo dos patrões ou descontadas através das empresas devemos ter em conta que, na realidade, os patrões ou as empresas não pagam nada — limitam-se a transferir os encargos para despesas sociais, que incluem no custo dos produtos. Por outras palavras, tais contribuições são, em última análise, pagas (como as descontadas directamente nos salários) pelos próprios trabalhadores, que são quem tudo produzem.

O sistema de financiamento da segurança social mais justo seria, pois, o do imposto fiscal, através do imposto único.

A política anti-social desenvolvida pelo Governo Mota Pinto não afecta apenas os reformados. Os trabalhadores no activo também são vítimas dela. Ainda agora, através da

sua proposta de OGE, «chumbada» na Assembleia da República, o Governo pretende manter a miséria do abono de família e, ao mesmo tempo, agravar ainda mais a situação, passando, por exemplo, de três para cinco dias o período de «baixa» sem direito a subsídio e reduzindo o subsídio de alojamento durante todo o tempo em que ele deve ser pago) de 6400 para dois mil escudos. Estes são apenas dois entre tantos exemplos vergonhosos que se podem referir.

O aumento do custo de vida entre 1976 e o final de 1978 foi de cerca de 90 por cento. A evolução das pensões, pelo contrário, foi escandalosamente irrisória.

Um sistema de segurança social e da maior importância para os trabalhadores, tanto no activo como reformados, porque uns e outros são por ele afectados e os primeiros são os reformados de amanhã. Por isso, é preciso que todos os trabalhadores, no activo ou já na reforma, se mantenham vigilantes e interessados nesta matéria, não apenas no respeitante ao actual sistema de Previdência, mas também no que concerne à actual lei de acidentes de trabalho e doações profissionais, que não é menos injusta e está feita para as companhias de seguros compensarem riscos menos reformados. Os trabalhadores do activo também são vítimas dela. Ainda agora, através da



Chr  
do In  
Stoler  
para  
grado  
positiv  
sentido  
dracoo  
balha  
  
Fac  
medic  
FEN C  
do que  
um En  
ganize  
rios pe  
repres  
  
O p  
tado n  
selho  
for ad  
que to  
Franç  
um pa  
caso c  
també  
meios  
cientis  
balhar  
-autor  
  
Esta  
simple  
linha s  
ses gu  
por exe  
tivo do  
equipa  
imigraç  
para a  
  
Assim  
em vig  
ta e pr  
a regu  
de trab  
medic  
sequê  
sensível  
tes. Se  
to, a re  
cument  
mática  
do, da  
de trab  
onde r  
  
Isto  
cimo a  
riscoo

# Emigração

## TRABALHADORES PORTUGUESES

### Dentro e fora do país o mesmo combate

Christian Bonnet, ministro do Interior, francês e Lionel Stoléru, secretário de Estado para os Trabalhadores Imigrados, propõem-se criar dispositivos administrativos no sentido de reduzir, por meios draconianos, o número de trabalhadores estrangeiros.

Face à gravidade destas medidas, a CGT, a CFDT e a FEN convocaram, a exemplo do que se tinha feito em 1977, um Encontro, em Paris, de organizações sindicais de vários países. A CGTP-IN estará representada nesse encontro.

O projecto de lei, apresentado no dia 14 último ao Conselho de Ministros prevê, se for adoptado pelo Parlamento, que todo o turista em visita à França deverá possuir não só um passaporte e um visto (no caso deste ser exigido), mas também provar que dispõe de meios de subsistência suficientes. Os que pretendem trabalhar deverão apresentar as «autorizações necessárias».

Esta decisão inscreve-se, simplesmente, no âmbito da linha seguida por outros países europeus — Suíça e RFA, por exemplo — porque o objectivo do ministro do Interior é de equipar a sua máquina anti-imigração com mais uma peça para a aperfeiçoar.

Assim, a modificação da lei em vigor ameaça ser completa e profunda no que respeita à regulamentação das cartas de trabalho e de estadia. Daí, medidas drásticas cujas consequências podem vir a ser consensuais para os emigrantes. Segundo o texto proposto, a renovação daqueles documentos deixará de ser automática e dependerá, sobretudo, da situação do mercado de trabalho no departamento onde reside o interessado.

Isto significa que, dada a crise actual, são iminentes os riscos de expulsão de traba-

hadores portugueses, a não ser que o Governo do nosso país, reaja energicamente no sentido de fazer respeitar os acordos bilaterais e respeito, ele próprio, o art.º 14.º da nossa Constituição.

Após a entrevista que L. Stoléru concedeu em 12 de Fevereiro último, as organizações sindicais, estas são unânimes em considerar que as medidas que o governo francês propõe são de uma gravidade sem precedentes. Situações num contexto de crise, de aumento do desemprego, e da política de austeridade que atinge a classe operária, estas medidas põem a nu o carácter racista da política do governo francês, a têm como objectivo demagogico apresentar o regresso dos imigrados como uma solução para o desemprego. Embora esteja já provada a inviabilidade desta solução, para o problema do desemprego o sr. Stoléru pretende incitar os trabalhadores imigrados a combaterem entre si e colocar os trabalhadores franceses contra eles.

O governo francês está, pois, a preparar uma ofensiva generalizada contra as comunidades estrangeiras: ataca nos lares para trabalhadores; ataca contra as actividades de alfabetização e de formação; redução de créditos sociais; expulsões e expulsões arbitrárias; vontade de reduzir o custo social (já reduzido) da imigração, etc.

As propostas do sr. Stoléru que deverão ser discutidas pelo Parlamento francês na sua sessão de Primavera, prevêem que as cartas de estadia já não serão renovadas por um período de 3 a 10 anos, como têm sido até qui, mas apenas por um ano. Ficariam isentos destas restrições apenas os que residem em França há mais de 25 anos.

Finalmente, a renovação dos títulos de estadia, que fi-



cará dependente da decisão do prefeito da cidade, responsável pela aplicação das medidas, poderá ser recusada nos casos seguintes: «perturbação da ordem pública, recursos insuficientes ou irregulares (trabalho negro, por exemplo); ausência de promessa de trabalho pela parte patronal; motivos de ordem sanitária; desrespeito pelos dias de férias legais (uma grande parte da comunidade portuguesa tem o hábito de prolongar os dias que lhe são autorizados)».

Os trabalhadores imigrados têm de estar atentos às verdadeiras intenções e objectivos que se escondem por detrás destas novas medidas do

sr. Stoléru. O governo francês, ao pretender amedrontar a imigração, visa não só adaptá-la aos objectivos dos monopólios e das transnacionais, mas, também, através da ameaça de expulsão massiva, exercer uma pressão concreta sobre os países de origem da emigração.

Face a esta situação, os imigrados portugueses têm, pois, todo o interesse em apoiar-se nas organizações sindicais francesas de classe e na acção que a própria CGTP-IN tem desenvolvido junto do Governo português, de quem, a manter-se a actual equipa de Mota Pinto, muito pouco ou nada, terão a esperar.

M. F. DA CONCEIÇÃO



## QUEM ACREDITA?

A aviação americana lançou sobre o Vietname, país ao qual nunca declarou a guerra 7.600.000 toneladas de bombas, que equivalem a 350 bombas atômicas de potência igual à que foi lançada sobre Hiroshima.

A guerra provocou 7.000.000 de mortos em todo o território vietnamita; 880.000 órfãos; 650.000 viúvas; e, só no Vietname do Sul, 180.000 estroplados.

As bombas americanas destruíram completamente as cidades de VINH, THAJNGUYEN e VIET TRI; 5.500 aldeias; 3.000 escolas; 350 hospitais, 487 igrejas templos e pagodes, etc.

Depois deste genocídio e de tamanhos sofrimentos, quem acredita que o Vietname atacou a República Popular da China?

## DIRIGENTE SINDICAL ASSASSINADO NO BRASIL

Os cerca de 300 mil metalúrgicos do S. Paulo desobediaram uma greve, com o directo apoio dos seus sindicatos, por melhores condições de salários e de trabalho.

Ao mesmo tempo soube-se do assassinato do dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de St.º André, José Rodrigues da Silva. O crime foi praticado em circunstâncias muito estranhas.

A CGTP-IN tem, seguido, com enorme preocupação, a evolução da situação sindical no Brasil, em especial os factos relacionados com aquela importantíssima manifestação de força e de unidade dos meta-

lúrgicos grevistas da grande capital industrial que é S. Paulo.

A CGTP-IN, que desde sempre tem apoiado a luta dos trabalhadores e do povo irmão do Brasil, sujeitos desde há longos anos às situações mais arbitrárias dos reacconários dirigentes desse país, exige do Governo brasileiro um rigoroso inquérito às circunstâncias da morte daquele dirigente sindicalista, bem como a imediata libertação, não só dos 150 dirigentes e grevistas metalúrgicos, como de todos os sindicalistas presos. Exige, igualmente, o estrito respeito pelas liberdades democráticas e sindicais no Brasil.

## DELEGAÇÃO DA CGTP-IN EM MARROCOS

Uma delegação da CGTP-IN esteve recentemente em Marrocos, a convite da UMT, a fim de participar nos trabalhos do 6.º Congresso Nacional da União Marroquina de Trabalho, central sindical marroquina, que se efectuou durante a última década de Março de 1979,

em Casablanca.

A delegação foi constituída por Valdemar Henriques, do Secretariado Nacional e por José Manuel Carinhos, chefe-adjunto do departamento de relações internacionais da CGTP-Intersindical Nacional.

## CGTP-IN PRESENTE EM REUNIÃO SINDICAL EM FRANÇA

Realizou-se nos dias 29 e 30 de Março, em Paris, uma reunião organizada pelas confederações sindicais francesas CGT, CFDT e FEN, para discutir as novas medidas do Governo francês com incidência sobre os trabalhadores emigrantes.

Além das centrais francesas, organizadoras desta reunião sindical, participa-

ram também centrais sindicais de 15 outros países e uma organização sindical de carácter regional.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, fez-se representar por Rogério Torres, secretário nacional, e por Augusto Silva, chefe do departamento de Relações Internacionais.

O 21 de Março de 1979 foi o último dia do Ano Internacional contra o Apartheid, decretado pela Organização das Nações Unidas. Ao longo deste ano, inúmeras foram as demonstrações de protesto levadas a cabo em todos os países contra essa inumana discriminação racial aplicada na África Austral pelos grupos dirigentes brancos que, através do peso das armas e da posse das alavancas da produção e do poder, transformaram milhões de seres de cor em escravos na sua própria terra.

Contra este autêntico crime racial, que é o "apartheid", a CGTP-IN, que desde os difíceis tempos da luta antifascista tem mantido uma atitude firme e consequente em relação a esse regime, que constitui uma

# NÃO AO RACISMO! NÃO AO "APARTEID"!

vergonhosa afronta a toda a Humanidade e uma séria ameaça à paz mundial, sauda fraternalmente os trabalhadores e os povos da África do Sul, da Namíbia e do Zimbábue na luta pela sua libertação.

Nunca é de mais sublinhar que os regimes racistas na África Austral só têm podido manter-se e desenvolver-se graças ao apoio intenso e directo que lhes tem sido concen-

dido pelas mais reacções forças do capitalismo e do imperialismo. E é por isso que nenhum país democrático se deve alhear deste triste e perigoso problema, que é o apartheid.

Agora, com o término do Ano Internacional contra o Apartheid, realizou-se na ONU uma série de sessões sobre os Direitos Humanos, a propósito da Resolução L-1423 (que transcrevemos nesta mesma página), a qual realinha a legitimidade da luta dos povos pela independência, pela libertação territorial e pela libertação do domínio colonial. Apelava-se nessa Comissão dos Direitos Humanos da ONU para que os diferentes países adoptassem legislação punindo o recrutamento, o financiamento e o trânsito de mercenários, condenando-se os massacres de homens, mulheres e crianças pelos regimes racistas da África Austral. O 5.º e último parágrafo da resolução proposta condenava a política dos Estados que continuam a manter relações políti-

cas, económicas e militares com os regimes dessas regiões africanas.

Pois o representante do Portugal livre e democrático, o Portugal do pós-25 de Abril ("algeimado" pelo Governo Mota Pinto e seus incondicionais servidores), em flagrante violação da Constituição da República Portuguesa, votou contra o disposto neste parágrafo 5.º e absteve-se na votação final da resolução, que foi aprovada por 23 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções! Espantoso, como o Governo do sr. Mota Pinto e Cia. dá um tão clarificante e condenável exemplo de falta de respeito, não só pela Resolução da ONU sobre os Direitos Humanos, como, em especial, pela própria Constituição da República Portuguesa, por esta Constituição que é de todos nós, e que ele, em primeiro lugar, é obrigado a cumprir o a fazer cumprir.

Incrível, mas verdadeiro! É com atitudes desta natureza vergonhosa que o sr. Mota Pinto & Cia. pretende honrar Portugal e o Povo português?

## RESOLUÇÃO L.1423 DA ONU



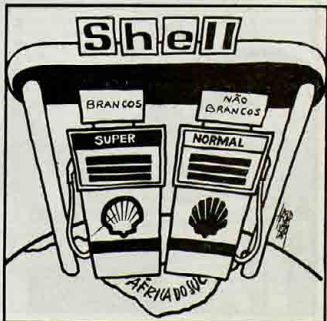
«Legitimidade da luta dos povos pela independência, pela integridade territorial, pela unidade nacional e a libertação do domínio colonial ou estrangeiro por todos os meios ao seu alcance, incluindo a luta armada.»

## ART.º 7.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA PORTUGUESA

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.



ARTES PLÁSTICAS

# O PAPEL DA ARTE NO PROGRESSO SOCIAL



H. Daumier — Busto de Dubois  
(Escultura em bronze)

As grandes obras de arte, independentemente do país de origem e das influências estéticas dos seus criadores, constituem valores incomparáveis da herança cultural da Humanidade; assinalam o caminho percorrido pelo Homem, desde os aviores da tomada de consciência da sua individualidade e da sua situação específica no conjunto da Natureza que o envolve e de que faz parte, passando pela aplicação do seu espírito investigador em dominar, através dos tempos, as técnicas e ciência necessárias à evolução que ambiciona, até ao total assumir dos seus direitos, deveres e responsabilidades no colectivo social dos nossos dias.

A criação cultural contemporânea que procura colocar as formas artísticas ao serviço do Homem vem exprimindo inequivocamente, uma posição de crítica e denúncia das classes possidentes, utilizando, para tal, as variadíssimas formas de expressão ao seu dispor e acompanhando assim, a par e passo, a luta pela emancipação dos po-

vos ainda submetidos ao jugo da exploração capitalista.

Tomemos como exemplo Honoré Daumier, francês nascido em Marselha em 1808, e justamente considerado um dos três maiores desenhistas do século.

Tendo começado a ganhar a vida como moço de cartório e depois ao balcão de um livreiro, foi uma oficina de litografia que estabeleceu o seu primeiro contacto com a Arte. Embora pretendesse dedicar-se apenas à pintura e escultura, foi forçado, pela necessidade, a trabalhar quase toda a sua vida como litógrafo. Grande parte das suas obras denunciavam as miseráveis condições de vida do povo explorado e oprimido; por outro lado, poucos foram os representantes da grande burguesia do seu tempo que escaparam à sátira mordaz do seu traço genial, quer em caricaturas exemplares publicadas nos jornais da época, quer em esculturas como a que a imagem documenta.

LUÍS SUAREZ



H. Daumier — A sopa  
(Aguarela)

CINEMA

# UMA INTERPRETAÇÃO IDEOLÓGICA DA VIDA

Bastantes vezes foi aqui dito que, na sociedade capitalista, o filme é antes de tudo uma mercadoria produzida pela indústria cinematográfica. E essa mercadoria especial, que em última instância é um produto ideológico de imensa penetração, destina-se ao comércio do espectáculo que, na sociedade capitalista contemporânea, atinge no domínio da comunicação de massas uma influência imensa no comportamento da sociedade. E através do comércio do espectáculo que o filme, de acordo com os interesses do capitalismo, cumpre a sua dupla função: criar o lucro e veicular junto das massas a ideologia da classe dominante.

Sabemos que nas sociedades socialistas as coisas já não se passam assim. A produção do filme não tem já a finalidade do lucro. O filme integra-se, sim, num projecto de sociedade, que visa transformar a cultura num bem e num direito do povo. Deste modo, na sociedade socialista, a categoria ideológica do filme, terá que desempenhar um papel particularmente importante: deve exprimir, de um ponto de vista histórico, os interesses das classes trabalhadoras, ainda que o faça numa perspectiva crítica em relação aos avanços e recuos da construção do socialismo, enfim, assumindo uma crítica responsável em relação às contradições que persistem na construção do homem novo socialista que, para se afirmar, terá que liquidar o pesado fardo da herança do passado. Neste sentido, o cinema contemporâneo da República Popular da Hungria é um brilhante exemplo. Não devemos esquecer, noutra óptica, o período fecundo e brilhante do cinema revolucionário soviético dos anos 20, um dos pontos mais altos da história do cinema, pela inovação e amadurecimento da sua linguagem.

Contudo, quer produto da sociedade capitalista, quer produto da sociedade socialista, o filme é sempre um espectáculo, enquanto cumpre a sua função de comunicação social para largas



Uma imagem da célebre cena do fuzilamento dos manifestantes na esquadria do porto de Odessa, do filme «O Couraçado Potemkin» de Eisenstein, o genial realizador soviético. Esta obra, que é um dos mais belos e mais importantes filmes jamais feitos, enriquece a sua mensagem revolucionária com uma autêntica revolução da linguagem do filme, que a motivação militante da Revolução de Outubro inspirou. Apesar da complexidade da sua linguagem «O Couraçado Potemkin» impõe-se pela clareza da mensagem e, sendo um monumento da cultura da humanidade é acima de tudo um filme caro aos trabalhadores de todo o mundo

camadas de público. Ora, o filme, enquanto espectáculo, enquanto meio de comunicação de massas, constitui obviamente um certo tipo de mensagem, uma mensagem que tem as suas regras, isto é, uma mensagem que possui a sua linguagem própria. Essa linguagem do filme, tem uma característica muito particular que é a de ser uma linguagem artística. Uma linguagem que cria uma visão do mundo, uma linguagem — é mais uma voz incógnita — que propõe uma interpretação ideológica da vida.

Na sociedade capitalista, o conhecimento e compreensão da linguagem do filme, enquanto produto cultural elevado e responsável, tem sido um privilégio da classe burguesa que, pelo o

seu estatuto económico, tem acesso à cultura. Os trabalhadores, vítimas de uma política de distribuição comercial do filme, que é favorável aos interesses e às disponibilidades económicas das classes privilegiadas, são atestados da possibilidade de verem os filmes de grande nível artístico e cultural, que na maioria dos casos revelam uma concepção progressista do sentido da História. Esta situação, é tanto mais grave e complexa, quanto a política de alienação cultural, programada pela classe dirigente, fomenta entre as massas trabalhadoras a motivação e o gosto pelos filmes de má qualidade artística e ideologicamente misfificadores.

Nesta perspectiva é falsa a

ideia que o elitismo cultural burguês hipocritamente avança, ao considerar como limitada a capacidade das massas de compreenderem a arte, nomeadamente a arte do filme. O acesso das massas à cultura é um problema político. Só a libertação económica, só o fim da exploração do homem pelo homem, só a construção da sociedade socialista, poderão pôr termo a esta situação que imõe às massas trabalhadoras uma forçada e injusta inferioridade cultural. Manter as massas trabalhadoras fora da área da cultura é ajudar a perpetuar a sua exploração. Historicamente cabe aos trabalhadores mudar esta situação.

DAVID LOPES

DESPORTO

# IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE INICIATIVA POPULAR

As diversas organizações de iniciativa popular, como as colectividades e outros clubes, têm desempenhado, ao longo do tempo um papel de grande importância na formação e consciencialização dos seus associados e amigos, em geral oriundos das camadas trabalhadoras mais exploradas.

Por tais factos, a política imediatamente após o 25 de Abril visou incantar e desenvolver o associativismo desportivo do qual resultou o desporto popular. Daí que até à data do posse do primeiro Governo constitucional, mais de dez mil núcleos desportivos se encontravam em actividade, tinham sido formados mais de 18 mil animadores, organizados no MVD (Movimento Voluntário Desportivo), garantindo assistência acerca de 600 mil praticantes regulares, com idades compreendidas entre os seis e os oitze anos.

Para tanto terá contribuído a construção de inúmeras instalações desportivas elementares, como campos polivalentes descobertos, campos de futebol, balneários e outros, além de grande variedade de documentos distribuídos abordando diversas questões relacionadas com a matéria.

Lamentavelmente, logo após, a acção dos sucessivos governos apenas tem visado a destruição e a desmotivação de quaisquer projectos ainda em curso.

Para evitar tais medidas, do grave repercussão, é necessário sensibilizar as populações para a revitalização das suas colectividades, clubes, ou outras organizações locais, estimulando-as para o trabalho associativo de base. Este poderá assentar em estruturas de coordenação (unidades, comissões coordenadoras, secretariado), bem como nas comissões de moradores e de trabalhadores, dando consistên-

cia e acesso ao proceitudo na Constituição da República Portuguesa.

Tais objectivos apenas serão consumados com êxito desde que se enquadrem em iniciativas programadas, beneficiando o maior número de associados e proporcionando-lhe uma actividade regular.

Para levar a cabo os objectivos apontados, será relevante o apoio e a formação do quadros, sejam eles praticantes, árbitros, técnicos, animadores ou dirigentes. No que compete aos dois últimos grupos componentes, torna-se fundamental que tal apoio se concretize de imediato, já que serão eles a chamoira das acções de democratização desportiva junto das populações. Estas não também exigir condições mínimas de equipamento social, do tipo desportivo ou recreativo, além do material necessário para a realização das actividades.

Há, no entanto, que não esquecer que para a manutenção e desenvolvimento das mesmas se torna decisivo o apoio financeiro, quer por parte do Estado, quer de outras instituições subsidiárias, segundo critérios justos e definidos.

Considerando, pois, todos os meios sinteticamente atrás referidos, estaremos em condições de melhor definir o desporto popular como componente fundamental da cultura física e do desporto. O desporto popular deverá ser o elemento congregador de um vasto sector da população, sobretudo dos escalões etários mais baixos, na relação complementar de uma alta competição alimentada por ele.

Cumprir o artigo 79.º da Constituição — em que o Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua



A presença do MVD, no 1.º Torneio Internacional de Atletismo «1.º de Maio», organizado pela CGTP-IN em 1978

prática e difusão — é desencavadora das profundas transformações sociais. ALVARO ESTEVES





«Fulgur e Morte de Joaquim Murieta» — Um texto de Pablo Neruda em ópera rock

## TEATRO

## PABLO NERUDA E ÓPERA ROCK

A convite da CGTP - IN desloca-se brevemente a Portugal uma companhia de teatro soviético que vai apresentar «Estrela e Morte de Joaquim Murieta» ópera rock de Papai Grusliki com música de Alexei Ribikov baseada no belo poema de Pablo Neruda «Fulgur e Morte de Joaquim Murieta».

Cumpra assim o Departamento Cultural do Movimento Sindical Unitário mais uma das suas missões específicas: o promover a cultura, o encontro de culturas, o trazer um grande espectáculo aos trabalhadores.

As chamadas «óperas rock» não são um hábito no nosso país e apenas via cinema se viram «Hair», «Tommy» etc. e, em teatro, a versão portuguesa de «Jesus Cristo Superstar» de triste memória.

Resultante do fenómeno rock, que teve o seu grande incremento nos anos 60 com a explosão da música popular inglesa (Beatles, Rolling Stones, The Who), a ópera rock acontece nos países onde a música, a composição musical ultrapassa a simples preocupação da canção para invadir o campo do teatro.

A «ópera rock» é um espectáculo directo, eficaz como um murro, baseada num texto poético, alegórico, onde a imagem e a sugestão das palavras assenta rapidamente sobre o espectador com a velocidade do rimo que se transmite, e tornando-o num emissor-receptor das ideias que

se debatem em cena.

É um teatro imediato, próximo do teatro de agitação, um teatro onde o público e actores não desanciam.

A inclusão de música no teatro não é recente, nem novidade. Brecht recorria a ela quer nas suas óperas quer nas peças onde a música popular da Alemanha dos anos 30 recheia a acção e nela participa como elemento motor crítico ou de distanciamento.

Em muitos espectáculos dos grupos de teatro independente a música tem essa força dramática, é fundamental para o que se está a passar em cena.

Neste espectáculo «Estrela e Morte de J. Murieta» a preocupação dos problemas sociais, a análise do fenómeno «bandidos sociais», a luta dos oprimidos, a luta contra o lúcido explorador, uma mensagem de revolta, de luta contra a tenebrosa ditadura do Pinochet que enche o Chile de morte e miséria, são as preocupações que atravessam o espectáculo ao som tripudiente da música rock.

Pablo Neruda escreveu no prefácio ao «Fulgur e morte de Joaquim Murieta»:

«... O fantasma de J. Murieta percorre ainda a Califórnia. Nas noites de luar podemos vê-lo atravessar, cavalejando no seu cavalo de vingança os desertos de Sonora ou desaparecer nas solidões da sierra Madre Mexicana... Os passos do fantasma dirigem-se para o Chile e os chilenos sabem-no... A sua cabeça

cutada reclamou esta cantata e espectáculo. Cuidado! A música eu escrevi-a não somente como não é um amontoado de som uma oratória insurreccional, mas rock; os valores culturais sul-coreanos me deixei levar pelo vento de fúria (URSS) também aparecem nesta ópera rock que muito vai dar que palavras parecem excessivos, falar.

«Estou satisfeito...»

E agora, só nos resta ver isto

MANUEL MARCELINO



Uma cena da mesma ópera rock, interpretada por Alexander Abdolov e Lubov Metelichina

## DIA DO TEATRO DE AMADORES

# SAUDAÇÃO DA CGTP-IN

No dia do Teatro de Amadores, a CGTP-IN, que conjuntamente com a A.P.T.A., o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos (S.T.E.) e outras entidades ligadas à cultura, promoveu em 1978 o 1.º Festival Sindical de Teatro de Amadores, saúda os que em Portugal, fazendo teatro, fazem do teatro uma obra de amor, uma maneira de estar com os outros, uma arma de combate contra o obscurantismo e a repressão cultural, pela emancipação dos trabalhadores e pela libertação das classes populares de todas as formas de exploração.

Plenamente segura de representar e exprimir, também neste domínio, os interesses e pontos de vista dos trabalhadores portugueses, a CGTP-IN reafirma-se solidária com os grupos de teatro de amadores e com a sua associação representativa, a A.P.T.A., na luta por condições mais dignas para a prática teatral de amadores, na certeza de ser essa a melhor garantia de que aquela prática atinja os objectivos pretendidos e assuma o seu lugar na construção e aprofundamento de uma arte genuinamente popular. As responsabilidades que neste campo incumbem ao Estado são inequívocas e decorrem do próprio preceito constitucional que garante o direito de « todos os cidadãos, em especial

os trabalhadores, à fruição e criação cultural».

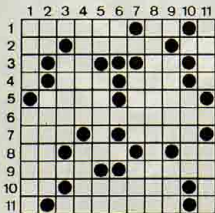
Com o 2.º Festival Sindical de Teatro de Amadores já em preparação, desenvolvendo junto de sindicatos e empresas um esforço muito grande de informação e esclarecimento no sentido de estimular a criação de novos grupos de teatro e o apoio aos já existentes, promovendo iniciativas no âmbito da formação de quadros, a CGTP-IN está também em festa e em luta no dia de hoje, lado a lado com todos os que partilham do mesmo gosto pelo teatro e acreditam nele como factor de cultura e de progresso, no Portugal de Abril.

Bastantes vezes foi aqui dito que, na sociedade capitalista, o filme é antes de tudo uma mercadoria produzida pela indústria cinematográfica. E essa mercadoria especial, que em última instância é um produto ideológico de imensa penetração, destina-se ao comércio do espectáculo que, na sociedade capitalista contemporânea, alinha no domínio da comunicação de massas uma influência imensa no comportamento da sociedade. É através do comércio do espectáculo que o filme, de acordo com os interesses do capitalismo, cumpre a sua dupla função: criar o lucro e veicular junto das massas a ideologia da classe dominante.

## Passatempo

COLABORAÇÃO DE MANUEL COELHO

Problema n.º 27



### HORIZONTAIS:

- 1 Em oposição: Aqui; Ela
- 2 Elig; Coisa ordinária; Brisa
- 3 Pão de Alentejo; Poeta
- 4 Voz; Organização patronal de carácter reacionário
- 5 Mais mal; Apeiras
- 6 Acto de recuperar
- 7 Nome de letra; Levantar voo
- 8 Umenlio de trabalho; Acredita; Batráquio
- 9 Agrégulo; Udo dos cinco continentes (pl)
- 10 Saudável; Pequena rosa
- 11 Dirigente sindical defensor da unidade dos trabalhadores

### VERTICAIS:

- 1 Despendioso; Churrão no exame
- 2 Elis; Ligada
- 3 Louca
- 4 Permutou; Branqueamento ao sol
- 5 Letra grega; Lançar o arpeú; No meio da gola
- 6 Elise; Nota musical
- 7 Ouedra; Agência de investimentos de carácter imperialista
- 8 A recuperação do Governo
- 9 Sombra; Seguias
- 10 Tapadeira anã; (inv.)
- 11 Superfície; Velocidade (fig)

## SOLUÇÕES

- 11 Kaldas
  - 10 Sa. Alentejo
  - 9 Odo; Albas
  - 8 Pal. Cre. Fla
  - 7 Agri. Alentejo
  - 6 Recuperado
  - 5 For. Alentejo
  - 4 Oca. Cre. Fla
  - 3 L. Po.
  - 2 Ar. Poesa. Ar.
  - 1 Conto; Ca. A.
- HORIZONTAIS:
- 11 Abel. Albas
  - 10 Sante
  - 9 Oca. Alentejo
  - 8 Capelas
  - 7 Cant. Alentejo
  - 6 Ar. S.
  - 5 Trazou. Cre. Fla
  - 4 Lentejo
  - 3 Lentejo
  - 2 Or. Regada
  - 1 Cavo. Poesa
- VERTICAIS:



